

# RELATÓRIO E CONTAS

2025



# ÍNDICE

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>3</b>
<b>Órgãos Sociais e de Fiscalização</b>	<b>4</b>
<b>Sumário Executivo</b>	<b>5</b>
<b>Enquadramento Macroeconómico</b>	<b>7</b>
Economia Mundial	7
Economia da Zona Euro	9
Economia portuguesa	9
<b>Mercados Financeiros</b>	<b>10</b>
<b>Principais riscos e incertezas para 2025</b>	<b>12</b>
<b>Evolução da Atividade</b>	<b>14</b>
Indicadores económico-financeiros	15
Margem de Solvência	15
Ativos sob Gestão e Quota de Mercado 2024	16
<b>Ações de Marketing</b>	<b>17</b>
<b>Responsabilidade Social</b>	<b>20</b>
<b>Meios Humanos e Materiais</b>	<b>21</b>
Recursos Humanos	21
Infraestruturas	21
Formação	21
Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro	22
<b>Sistema Integrado de Gestão</b>	<b>23</b>
GIPS Compliance	23
Governo Societário	23
Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	23
Riscos associados à atividade da Entidade Gestora	25
Risco dos Fundos Geridos	25
<b>Perspetivas para a Sociedade</b>	<b>26</b>
<b>Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>27</b>
<b>Nota final</b>	<b>28</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>29</b>
Balanço	30
Demonstração dos Resultados por Naturezas	31
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	32
Demonstração dos Fluxos de Caixa	33
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>34</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>74</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>77</b>



## Relatório de Gestão

# ÓRGÃOS SOCIAIS E DE FISCALIZAÇÃO

## ASSEMBLEIA GERAL:

**Presidente:** Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por

- Luís Carvalho Rego

## Secretário

- Susana Raquel dos Anjos Pacheco

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

**Presidente:** Montepio Geral-Associação Mutualista representado por

- Virgílio Manuel Boavista Lima

## Administradores Executivos:

- Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto
- Nuno Augusto Pereira Coelho

**Vogal:** Fundação Oriente representada por

- João António Morais da Costa Pinto

**Vogal:** Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por

- José Mendes Alfaia

## CONSELHO FISCAL:

### Presidente

- Patrique Berdion da Cunha Fernandes

### Membros efetivos

- Maria Margarida C. Henriques de Almeida de Sousa Medeiros
- Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

- BDO & Associados, SROC representada por Sandra Simões Filipe

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2025 ficou marcado pela manutenção de um enquadramento internacional complexo, caracterizado por um crescimento moderado nas economias desenvolvidas, pela persistência de tensões geopolíticas e pela evolução das políticas monetárias num contexto de desaceleração gradual da inflação.

No plano geopolítico, continuaram a verificar-se conflitos armados em diversas regiões, nomeadamente a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos relevantes sobre a estabilidade europeia, a confiança dos agentes económicos e os mercados energéticos.

No Médio Oriente, o conflito entre Israel e o Hamas permaneceu como um dos principais focos de instabilidade global. Apesar do acordo de cessar-fogo permanente alcançado no início de outubro, a região manteve-se sujeita a episódios de tensão e incerteza, contribuindo para um ambiente de volatilidade nos mercados internacionais.

No contexto político, a Europa permaneceu marcada por uma elevada fragmentação e instabilidade, refletindo o reforço de forças populistas e eurocéticas após o ciclo eleitoral de 2024 e a dificuldade em assegurar maior coesão institucional em vários Estados-Membros. Paralelamente, a guerra na Ucrânia continuou a pressionar a unidade europeia e a moldar a agenda de segurança, intensificando o debate sobre o aumento da despesa em defesa e o reforço da autonomia estratégica da União. Este enquadramento contribuiu para um ambiente político-geopolítico mais incerto em 2025, com potenciais impactos na estabilidade das políticas económicas, orçamentais e externas.

A evolução política do Reino Unido continuou, em 2025, a exercer um forte impacto nos mercados, num contexto marcado pela instabilidade pós-Brexit, por alterações nas políticas fiscais e por pressões internas que influenciam a confiança dos investidores. A incerteza em torno do crescimento económico e da regulação das relações comerciais, afeta diretamente o desempenho da libra, o ambiente empresarial e a atratividade do país como centro financeiro, mantendo a política britânica como um fator relevante para a dinâmica dos mercados internacionais.

Nos Estados Unidos, o contexto político manteve-se marcado por elevada polarização e incerteza institucional, na sequência do ciclo eleitoral de 2024, persistindo divisões significativas no Congresso. A agenda económica e fiscal continuou condicionada por impasses políticos recorrentes, incluindo debates sobre o défice e o financiamento federal, enquanto as tensões sociais e a consolidação de posições mais extremadas, contribuíram para um ambiente de risco político moderado. Este enquadramento teve implicações relevantes para a previsibilidade da política económica e para a confiança dos mercados ao longo do ano.

A inflação prosseguiu numa trajetória de desaceleração durante 2025, beneficiando da estabilização dos preços da energia e da maior normalização das cadeias de fornecimento globais. Este enquadramento, permitiu que os principais bancos centrais continuassem, ainda que de forma prudente, o ciclo de descidas das taxas de juro iniciado em 2024.

O Banco Central Europeu manteve, ao longo do exercício, uma abordagem prudente e gradual. Iniciou o ano com uma taxa diretora de 2,75%, procedeu a uma redução para 2,50% em março e realizou um novo corte em junho, fixando-a em 2,00%, procurando equilibrar o controlo da inflação com apoio à recuperação económica.

Em 2025, a FED (*Federal Reserve*), manteve a *Federal Funds Rate* no intervalo de 4,25%-4,50% até meados do ano, indicando posteriormente um ciclo de cortes no 2.º semestre. No último trimestre, foram implementadas

três reduções consecutivas de 25 p.b, totalizando 75 p.b no ano, com a taxa a encerrar em 3,50%-3,75%, refletindo uma orientação monetária progressivamente menos restritiva.

Na Europa, o desempenho económico permaneceu condicionado pela debilidade industrial, com particular destaque para a Alemanha, que continuou a enfrentar desafios associados à perda de competitividade externa e ao aumento da concorrência internacional.

Nos Estados Unidos, o enquadramento político e comercial continuou a gerar expectativas de maior protecionismo económico, com potenciais implicações para o comércio internacional e para as economias exportadoras, incluindo a Zona Euro.

Em Portugal, a economia registou um crescimento moderado ao longo de 2025. O Produto Interno Bruto aumentou 1,9%, enquanto a inflação média anual se fixou em 2,3%, traduzindo uma progressiva estabilização do nível geral de preços.

A nível dos mercados financeiros, 2025 caracterizou-se por uma volatilidade intermitente, em grande parte associada às tensões geopolíticas e à incerteza quanto ao ritmo de normalização monetária. Ainda assim, os mercados acionistas registaram desempenhos globalmente positivos, beneficiando do contributo do setor tecnológico e da expansão da Inteligência Artificial.

O índice norte-americano *S&P 500* encerrou o ano com uma valorização de cerca de 16,4%, enquanto na Europa o *Euro stoxx 50* apresentou um desempenho particularmente robusto, com uma valorização anual superior a 18,30%.

Os mercados globais refletiram igualmente este comportamento favorável, com o *MSCI World* a registar uma valorização anual próxima de 20,6%, e os mercados emergentes a apresentarem desempenhos muito positivos.

Nos mercados Obrigacionistas, verificou-se uma tendência de ajustamento gradual das *yields*, acompanhando a evolução das taxas diretoras, enquanto os *spreads* da dívida soberana dos países periféricos se mantiveram relativamente estáveis.

A evolução favorável dos mercados financeiros, associada ao reforço da estratégia de acompanhamento comercial dos distribuidores e à melhoria das condições económicas das famílias, contribuiu para o crescimento sustentado da carteira de Clientes, assim como para uma redução expressiva dos reembolsos dos Fundos de Pensões Abertos, consolidando a trajetória de crescimento da atividade da Futuro ao longo do exercício de 2025.

Ainda assim, o ano 2025, foi marcado com grandes desafios, desde logo regulamentares, mas também de competitividade de mercado.

Com a definição do Plano Estratégico da Futuro para 2025-2029 e as linhas orientadoras estabelecidas, iniciaram-se e foram concluídos alguns dos objetivos definidos, dos quais se destacam:

- Reorganização estrutura orgânica da Empresa;
- Implementação D.O.R.A (*Digital Operational Resilience Act*);
- Atualização/revisão das políticas decorrentes da Norma Regulamentar n.º 6/2024 – R e Norma n.º 10/2024 – R;
- Investimento em *hardware* para dotar as Equipas de melhores meios tecnológicos;
- Reforço na aposta na formação e desenvolvimento de competências internas;

- Implementação de Modelo de Comunicação Digital;
- Implementação do *workflow* de decisão (RWS).

Iniciaram-se e encontram-se ainda em fase de implementação/adoção, outros objetivos, dos quais se destacam:

- Digitalização do processo de *onboarding* de Clientes (Chave Móvel Digital);
- Desenvolvimento e lançamento do novo netFuturo;
- Revisão e implementação do processo de *onboarding* contratual (Fundos de Pensões Fechados/Adesões Coletivas);
- Reorganização da Área Comercial da Empresa e redefinição de Modelo Comercial.

O ano de 2025 permitiu criar, reforçar e consolidar bases importantes para o desenvolvimento da Futuro, particularmente no aumento do volume de ativos sob gestão e na antecipação da captação de novos ativos.

O volume de ativos sob gestão cresceu globalmente 10,74%, induzindo a um crescimento da quota de mercado da Futuro para 11,63% e permitindo a subida de uma posição no *ranking* das Entidades Gestoras, publicado pela ASF, passando de 4.º lugar para 3.º lugar.

O volume de contribuições para os Fundos de Pensões Abertos geridos e comercializados diretamente pela Futuro e pelo Banco Montepio atingiu um máximo histórico com a angariação de mais de 74,3 M€, representando um crescimento homólogo de 57,1%.

As rendibilidades dos diversos Fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos (com exceção do Fundo PPA Acção Futuro), situaram-se entre 2,21% e 10,09%, variando em função do nível de risco associado ao peso do investimento em ações de cada carteira. No caso do Fundo PPA Acção Futuro, com investimento exclusivo no mercado acionista nacional, a rendibilidade atingiu os 33,09%.

Os próprios mercados financeiros favoreceram as aplicações financeiras da Futuro, gerando por si só um rendimento de 431.975€.

A Futuro encerrou o ano com um resultado antes de impostos do exercício de 2.558.494€ (+70,5% face a 2024), a que corresponde um resultado líquido de 1.963.428€, representando uma rendibilidade do Capital Social de 76,5% e uma rendibilidade do capital próprio de 15,3%.

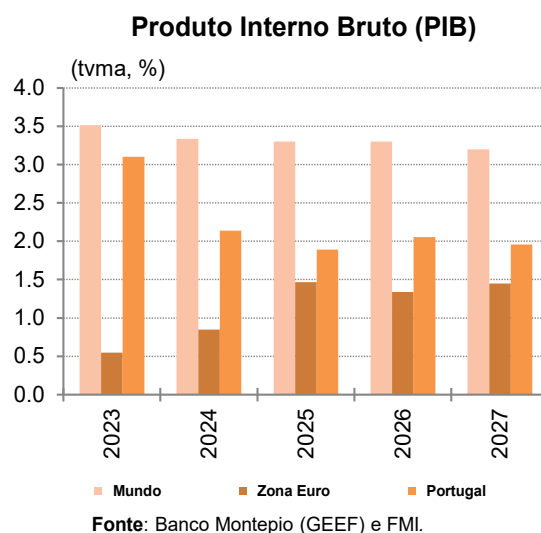
## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### ECONOMIA MUNDIAL

A primeira metade do ano de 2025 foi marcada pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que veio, numa primeira fase (designadamente após o anúncio, em 2 de abril, das tarifas recíprocas que pretendia implementar), provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, pelo que as economias acabaram, durante essa primeira metade do ano, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

A segunda metade do ano acabou por trazer uma maior estabilidade macroeconómica, bem como um abrandamento das tensões comerciais e geopolíticas, apesar destes novos focos de tensão observados mais próximos do final de 2025 e início deste ano (designadamente no sudoeste asiático, entre a China e Taiwan, bem como entre os EUA e a Venezuela, o Irão e a Dinamarca, neste último caso devido às pretensões territoriais dos EUA sobre o território da Gronelândia). A suportar a resiliência da atividade económica esteve também a maior flexibilidade da política monetária nos principais blocos económicos, com a Reserva Federal dos EUA a efetuar três cortes nas taxas de juro de referência entre setembro e dezembro de 2025, num total de 75 p.b., e o BCE a realizar quatro cortes de 25 p.b. em 2025, terminando com as descidas de taxas em meados do ano.

Assim, na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 19 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões de **crescimento global** face às anteriores previsões de outubro, de 3,2% para 3,3% em 2025, e de 3,1% para 3,3% em 2026, valores que ficam agora em linha com os 3,3% registados em 2024, mas continuando abaixo da média histórica pré-pandémica de 3,7%. Para 2027, o FMI prevê um ligeiro abrandamento, para um crescimento de 3,2%, reiterando a anterior previsão.



O FMI referiu que a revisão em alta das perspetivas de crescimento global é explicada, na sua maioria, pela revisão das projeções para os EUA e China. Com efeito, a economia norte-americana destaca-se como o principal motor da revisão em alta do PIB para este ano, com o FMI a prever que a economia dos **EUA** cresça 2,4% em 2026 (+0,3 p.p. do que a previsão em outubro), apoiada pela política orçamental expansionista e por uma política monetária de taxas de juro mais baixas, enquanto o impacto das barreiras comerciais mais elevadas diminui gradualmente. Em 2027, o FMI antecipa que o crescimento do PIB dos EUA abrande para 2,0% (-0,1 p.p. face às estimativas de outubro).

Já para a **Zona Euro**, o FMI apresentou um panorama menos otimista do que para os EUA e a China, embora mais favorável do que nas previsões de outubro, que, para 2026, foram revistas em alta (+0,1 p.p.), para 1,3%, tendo mantido a previsão de 1,4% para 2027.

Para a **Índia**, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e também de 6,4% em 2027 (revisão em alta em +0,2 p.p. para 2026 e mantendo a previsão de 2027), prevendo para a **Rússia** expansões de 0,8% em 2026 (revisão em baixa, em -0,2 p.p.) e 1,0% em 2027 (revisão em baixa em -0,1 p.p.) e, para o **Brasil**, de 1,6% em 2026 e 2,3% em 2027 (revisões de -0,3 p.p. para este ano e de +0,1 p.p. para o próximo).

Relativamente à **inflação mundial**, o FMI prevê que mantenha a trajetória descendente, estimando uma inflação global em queda para 4,1% em 2025 (+5,8% em 2024), representando uma revisão em baixa de 0,1 p.p. face às previsões de outubro, mas revendo ligeiramente em alta a previsão para este ano, de 3,7% para 3,8%, e mantendo a projeção de 3,4% para 2027. O FMI prevê que a inflação regresse aos objetivos definidos pelos bancos centrais das principais economias, mais gradualmente nos EUA do que noutras economias, com este panorama da inflação a nível global a esconder diferenças significativas entre países.

## ECONOMIA DA ZONA EURO

A atividade económica na região arrancou 2025 com um crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre (+0,4% no quarto trimestre de 2024), surpreendendo pela positiva o mercado e refletindo, em particular, o forte desempenho da economia irlandesa (cresceu +7,4% em cadeia, um crescimento que acabou por não ser significativamente corrigido nos trimestres seguintes), cujas exportações líquidas terão beneficiado bastante do efeito de antecipação das tarifas aduaneiras das exportações para os EUA que eram previstas ser severamente agravadas no início do segundo trimestre. No segundo trimestre do ano, a economia da região apresentou um esperado abrandamento, subindo 0,1% em cadeia num contexto global bastante adverso (v.g., guerra comercial e conflitos militares em curso), que persistiu ao longo de todo o ano, tendo depois acelerado ligeiramente no terceiro trimestre (+0,3%) e mantido o ritmo no derradeiro trimestre do ano.

Após alguma aceleração no conjunto do ano de 2024, para um crescimento de 0,8% (+0,6% em 2023), beneficiando de algum alívio do contexto de elevada inflação e de elevadas taxas de juro que tinham condicionado bastante a atividade no ano precedente, a economia da região voltou a acelerar em 2025 (+1,5%), perspetivando-se uma ligeira desaceleração em 2026, para 1,3%, um cenário que está em linha com as projeções do FMI (+1,3%, em 19 de janeiro), sendo um pouco mais favorável que o projetado pela Comissão Europeia (+1,2%, em 17 de novembro), pela OCDE (+1,2%, em 2 de dezembro) e pelo BCE (+1,2%, em 18 de dezembro).

Ao longo do ano de 2025, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o ano em 1,9%, marginalmente abaixo do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (2,0%) e aquém do observado no final de 2024 (+2,4%, estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% verificado em outubro de 2022). Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2025 de 2,4% para 2,1%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelos conflitos militares e tensões geopolíticas atualmente existentes, com potencial impacto, designadamente, no mercado energético –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 1,9% em 2026.

Durante o primeiro semestre de 2025 e conforme esperado, o BCE deu continuidade ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras, iniciado em junho de 2024, num contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), com mais quatro cortes de taxas nas reuniões de janeiro, março, abril e junho, mantendo depois as taxas na segunda metade do ano, com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem 2025 em 2,15% e 2,00%, respetivamente, após terem encerrado o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%.

## ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa arrancou o ano de 2025 com uma descida em cadeia do PIB de 0,3% no primeiro trimestre, contrariando as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade e que terá representado, essencialmente, um efeito de correção face ao intenso crescimento observado no último trimestre de 2024 (+1,2%). A economia regressou, como esperado, aos crescimentos no segundo trimestre, ao expandir 0,7%, tendo depois mantido o ritmo no terceiro trimestre, e acelerado no derradeiro trimestre do ano (+0,8%).

Em termos médios anuais, observou-se um ligeiro abrandamento do crescimento em 2025, com o PIB a avançar 1,9%, depois de ter crescido 2,1% em 2024, em abrandamento face à expansão de 3,1% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). A economia portuguesa continuou,

assim, a expandir mais do que a Zona Euro (+1,5%), situação que deverá voltar a acontecer em 2026, para o qual se perspetiva um crescimento novamente em torno de 2% (numericamente +2,0% vs +1,3%, no caso da Zona Euro), com estas projeções para o ano em curso a encontrarem-se acima das previsões do Conselho das Finanças Públicas (+1,8% em setembro), em linha com o projetado pelo FMI (+2,1% em outubro), mas abaixo das previsões da Comissão Europeia (+2,2% em novembro), da OCDE (+2,2% em dezembro), do Banco de Portugal (+2,3% em dezembro) e do Governo (+2,3% em outubro).

Ao nível dos preços, assistiu-se, ao longo do ano, a alguma volatilidade da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), embora exibindo uma tendência de descida, passando dos 3,1% observados em dezembro de 2024 para 2,4% em dezembro de 2025, tendo durante o ano apresentado, por três ocasiões, níveis abaixo do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (+1,7% em maio e +1,9% em março e setembro), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Depois da descida da inflação em 2024, dos 5,3% observados em 2023 para 2,7%, a inflação voltou a recuar em 2025, para 2,2%, perspetivando-se uma nova redução este ano – não obstante os riscos ascendentes ainda presentes, associados, designadamente, aos conflitos militares e outras tensões geopolíticas em curso –, para uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2026.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma tendência de descida da taxa de desemprego ao longo de 2025, passando dos 6,4% com que havia terminado o ano de 2024 para 5,7% em dezembro de 2025. Em termos anuais, a taxa de desemprego ficou nos 6,0%, abaixo dos 6,4% observados em 2024 (6,5% em 2023), perspetivando-se uma nova ligeira redução este ano, para 5,9%.

Após a redução do excedente orçamental em 2024, de 1,3% do PIB em 2023, para 0,5%, estima-se uma nova descida em 2025, com o saldo orçamental a dever ter ficado em torno do valor de 0,3% projetado pelo Governo no Orçamento de Estado para 2026, em outubro. Por sua vez, o rácio de dívida pública sobre o PIB terá mantido a trajetória descendente iniciada em 2021, caindo novamente em 2025 para 89,7%, após os 93,6% do PIB observados em 2024.

A taxa de poupança dos particulares deverá ter estabilizado em 2025, num valor em torno de 12,5%, depois dos 12,5% já registados em 2024, dos 8,9% em 2023 e dos 7,3% em 2022, e após já ter alcançado picos de 11,0% em 2021 e 12,0% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

## MERCADOS FINANCEIROS

Durante a primeira metade do ano de 2025, assistiu-se a uma elevada volatilidade do sentimento dos mercados, refletindo, designadamente, os receios dos investidores quanto ao impacto da guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, que, entretanto, foram diminuindo à medida que iam sendo adiadas as aplicações dessas tarifas ou anunciados acordos comerciais com tarifas mais favoráveis do que as inicialmente avançadas por Trump (em 2 de abril), traduzindo-se, em termos globais, num semestre de ganhos nos mercados acionistas.

Este sentimento positivo foi suportado, essencialmente, pela resiliência das economias face à referida guerra comercial (após em abril e maio ter aumentado a probabilidade de uma recessão global, em especial nos EUA), pelos resultados positivos dos testes de *stress* realizados aos bancos dos EUA (que demonstraram resiliência perante uma recessão severa), pela boa época de resultados das empresas norte-americanas e pelo alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e com o impacto das tarifas de Trump na inflação nos EUA a ser, até agora, inferior ao inicialmente esperado.

Na segunda metade do ano, os mercados financeiros acabaram por recuperar com mais força, beneficiando da maior estabilidade macroeconómica e do abrandamento das tensões comerciais e geopolíticas (apesar dos novos focos de tensões geopolíticas observados mais próximos do final de 2025 e início deste ano, atrás referidos). A suportar o sentimento dos investidores esteve também a continuação da desinflação, bem como a expectativa de maior flexibilidade da política monetária nos EUA, que se veio a observar com três cortes de taxas entre setembro e dezembro de 2025 (num total de 75 p.b.), sendo que, na Europa, o BCE fez o último corte em 5 de junho (realizando um corte total de 100 p.b. em 2025), enquanto o Banco de Inglaterra cortou as taxas por quatro vezes em 2025 (num total de 100 p.b.). Setores como a tecnologia, a indústria e serviços financeiros continuaram a beneficiar de forte investimento em inteligência artificial (IA) e de políticas económicas favoráveis.

Neste contexto, 2025 tornou-se um dos melhores anos pós-pandemia em termos de valorizações globais. Os mercados emergentes também registaram ganhos robustos, enquanto os metais preciosos tiveram desempenhos excecionais e as obrigações beneficiaram da queda das *yields* norte-americanas, embora a subida das *yields* de longo prazo tenha penalizado a valorização dos títulos de dívida nas maturidades mais elevadas.

Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram em 2025 a tendência de recuperação iniciada em 2023, com variações positivas nos EUA, na Europa, na Ásia e na América Latina, e com o índice *MSCI* mundial a subir 20,6% (+15,7% em 2024 e +20,1% em 2023), atingindo níveis máximos históricos no final do ano (em 26 de dezembro), entretanto, já ultrapassados no início de 2026.

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram variações positivas, com o *S&P 500* a avançar 16,4%, alcançando um máximo histórico em 24 de dezembro (igualmente já ultrapassado este ano), após terem caído fortemente em abril, em resultado do anúncio das tarifas aduaneiras de Trump. O *Nasdaq* exibiu uma subida superior no conjunto do ano (+20,4%; com o respetivo máximo histórico a ser alcançado em 29 de outubro), refletindo a maior valorização das empresas tecnológicas, com destaque para as mais ligadas à IA, ao passo que o *Dow Jones* valorizou 13,0%, atingindo também um máximo histórico em 24 de dezembro (entretanto também já ultrapassado no início de 2026).

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias. O *Euro stoxx 50* subiu 18,3% em 2025, tendo o índice português PSI valorizado 29,6%, representando o melhor desempenho da praça nacional desde a crise financeira de 2009 e um dos maiores na Europa. Em termos setoriais, na Zona Euro, destaca-se as valorizações observadas na banca (+66,9%), nos recursos básicos (+28,2%), nas *utilities* (+28,0%) e nos seguros (+25,5%). Nos EUA, o comportamento setorial foi também maioritariamente positivo ao longo do ano, com destaque para os serviços de comunicação (+32,4%), as tecnologias de informação (+23,3%), a indústria (+17,7%) e os serviços financeiros (+13,3%, com a banca a valorizar 30,4%), após subidas dos serviços financeiros na ordem de 35% em 2024 (com o subsector da banca com mais de 40%), dos serviços de comunicações e das TIC. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de 22,6%, bem acima das demais ações do *S&P 500* (+13,7%), após as primeiras terem avançado 48,0% em 2024, o triplo das demais ações (+14,5%).

Com a continuação do ciclo de descida das taxas de juro diretoras ao longo da primeira parte de 2025, ciclo iniciado em meados de 2024 e terminado em meados de 2025, mais precisamente na reunião de 5 de junho (e que se seguiu ao ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023), as **taxas Euribor** apresentaram descidas em 2025 (-69 p.b. nos 3 meses, -46 p.b. nos 6 meses e -22 p.b. nos 12 meses) e fecharam o ano em 2,026% nos 3 meses, 2,107% nos 6 meses e 2,243% nos 12 meses, evidenciando um reduzido diferencial entre os prazos.

As ***yields* da dívida pública de referência** apresentaram comportamentos mistos, tendo subido na Zona Euro, e com maior intensidade nos prazos mais longos, mas descido nos EUA e com maior intensidade nos prazos mais

curtos. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos subiram 4 p.b., para 2,122%, ao passo que nos 10 anos avançaram 49 p.b., para 2,855%, com esta maior subida nos prazos mais longos a dever ter refletido a reação dos investidores ao plano de investimentos em defesa e infraestruturas apresentado pela Alemanha, que irá implicar, simultaneamente, mais necessidade de financiamento do país, mais inflação e mais crescimento económico, fatores que concorrem para níveis de *yields* mais elevados. Nos EUA, as *yields* desceram 77 p.b. nos 2 anos, para 3,473%, com os 10 anos a registarem também uma queda (-40 p.b.) para 4,167%, afastando-se do máximo, desde julho de 2007, verificado em 19 de outubro de 2023 (4,9898%).

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos favoráveis nos índices de *CDS (Credit Default Swaps)* em *investment grade* (o índice *Itraxx Cross-Over* desceu 75 p.b. para os 243,8 p.b., o *Itraxx Financials* 10 p.b., para 54,2 p.b., e o *Itraxx 9 p.b.*, para 50,5 p.b., com o *Itraxx Cross-Over* a fechar o ano em mínimos desde finais de 2021 e o *Itraxx* desde o início de 2022). Observou-se, igualmente, um comportamento favorável nos **spreads das yields da dívida pública** a 10 anos da maioria dos países do sul da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-46 p.b., para 70 p.b.), seguindo-se a Grécia (-27 p.b., para 59 p.b.), Espanha (-26 p.b., para 43 p.b.) e Portugal (-19 p.b., para 29 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha, encerrando o ano sensivelmente em mínimos desde fevereiro de 2008.

Também em França se assistiu a uma descida do mesmo *spread* (-12 p.b., para 71 p.b.), mas fechando o ano em níveis acima dos países do sul da Zona Euro referidos, refletindo as preocupações com a sustentabilidade das finanças públicas francesas e a crise política observada no país. A contribuir para o desagrevamento dos *spreads* dos países do sul da Zona Euro estiveram, designadamente, a tendência de alívio das pressões inflacionistas e a resiliência das economias às medidas protecionistas impostas por Donald Trump (que, na sua generalidade, foram aliviando ao longo do ano), bem como a melhor performance daquelas economias comparativamente à economia alemã.

Os índices gerais de **commodities** registaram movimentos mistos, com o índice compósito *CRB Index* a subir 0,7%, mas o *GSCI* a descer 0,2% (depois da subida de 2,6% em 2024), penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que caiu 15,9%), num contexto de diminuição dos preços do *brent* e do *WTI (West Texas Intermediate)* de 18,5% e 19,9%, respetivamente (os preços do gás na Europa recuaram 43,4%, após terem subido 56,5% em 2024 e recuado também 56,8% em 2023), e das agrícolas (-8,0%), sendo suportado pelo gado (+19,5%), pelos metais de base (+26,1%) e pelos metais preciosos [+70,6%; beneficiando das fortes valorizações da prata (+141,4%) e do ouro (+64,4%), este último atingindo novos máximos históricos].

## PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2026

Ao longo deste ano, as perspetivas de manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro dos EUA e a prevista estabilidade das taxas de referência na Zona Euro (o ciclo de descidas de taxas na Zona Euro deverá ter terminado com o corte efetuado em junho de 2025), tenderão a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, principalmente na Europa, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha.

Contudo, as expectativas de crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com as tensões comerciais e o protecionismo observado desde 2025, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, na já mencionada atualização do *WEO*, em 19 de janeiro, o FMI identificou um conjunto de riscos que podem afetar negativa ou positivamente a atividade económica e a evolução dos preços nos próximos anos.

Como principais fatores de risco desfavoráveis, o FMI destacou as potenciais revisões em baixa das expectativas de produtividade associadas à Inteligência Artificial (IA), que podem reduzir o investimento e desencadear correções abruptas nos mercados financeiros, com impactos sobre a riqueza das famílias. Acrescem os riscos de reacendimento das tensões comerciais e geopolíticas, capazes de gerar incerteza adicional, perturbar cadeias de abastecimento e provocar oscilações nos preços das matérias-primas, limitando o crescimento global. O FMI alerta, ainda, para os défices públicos elevados e dívida crescente, que podem pressionar as taxas de juro de longo prazo e agravar as condições financeiras, bem como a atividade económica.

Quanto aos riscos ascendentes, o FMI realçou que os investimentos relacionados com a IA devem acelerar e que poderão traduzir-se em ganhos de produtividade mais fortes e duradouros, contribuindo, assim, para um aumento do dinamismo empresarial e apoiando o crescimento económico. Por outro lado, o alívio sustentável das tensões comerciais também poderá reforçar a atividade global e facilitar um ambiente de preços mais estável. A combinação destes fatores poderá não apenas melhorar o desempenho económico, como também acelerar a convergência da inflação para os objetivos das principais autoridades monetárias.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade do ano passado), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de dezembro, os riscos em torno das projeções para a economia portuguesa apresentam-se descendentes para a atividade económica e equilibrados para a inflação. Os riscos descendentes identificados sobre a atividade são maioritariamente de origem externa. Mantém-se o risco de agravamento de tensões comerciais e geopolíticas, embora a concretização de acordos comerciais entre os EUA e vários parceiros comerciais, incluindo a União Europeia (UE), e algum progresso no conflito em Gaza, tenham contribuído para uma redução da incerteza [note-se, contudo, que desde a publicação do BdP os EUA intervieram na Venezuela para capturar o Presidente Nicolás Maduro, intensificaram a pressão sobre o regime iraniano e reforçaram as pretensões sobre a integração da Gronelândia nos EUA].

No entanto, o aumento dos direitos aduaneiros já observado pode ter efeitos mais adversos sobre o comércio e as cadeias de abastecimento, implicando riscos em baixa para as exportações e para a eficiência produtiva. O impacto negativo sobre as exportações pode ser acentuado por potenciais perdas de competitividade caso se mantenha o dinamismo recente dos custos laborais ou a apreciação do euro. Existe também um risco associado a uma correção abrupta dos mercados financeiros, com ressurgimento da volatilidade, afetando a confiança e o crescimento económico global. Relativamente a riscos internos, o investimento em 2026 poderá ser inferior ao projetado se não forem executados os financiamentos totais previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O BdP identifica também alguns riscos ascendentes sobre a atividade económica. A concretização dos maiores gastos em defesa e infraestruturas na UE pode ter um efeito multiplicador sobre a atividade económica na região, com eventual reflexo sobre a procura externa dirigida a Portugal. As perspetivas para o comércio mundial podem beneficiar de acordos que revertam o aumento recente das barreiras comerciais. Finalmente, é plausível que o impacto positivo das novas tecnologias na produtividade se materialize mais rapidamente ou de forma mais significativa, impulsionando o crescimento global.

Relativamente à inflação, o BdP considera que a materialização dos riscos negativos sobre a atividade implicaria menores pressões inflacionistas. Em contraste, um agravamento das tensões geopolíticas traria instabilidade

aos mercados internacionais de matérias-primas e geraria riscos ascendentes sobre a evolução dos preços dos bens energéticos e alimentares. As pressões sobre os salários e os preços dos serviços podem também revelar-se mais persistentes do que o assumido na projeção.

## EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O ano de 2025 apresentava-se particularmente desafiante, não apenas devido às incertezas do mercado, mas também pelo objetivo de superar os excelentes resultados alcançados no ano anterior.

O trabalho de angariação de novos clientes, a maior consistência no crescimento mensal do volume de ativos sob gestão e a evolução positiva das rendibilidades dos mercados financeiros, especialmente no segmento de ações, permitiram alcançar um resultado muito positivo.

Ao longo do ano, intensificou-se o acompanhamento da rede comercial do principal distribuidor dos Fundos Abertos geridos pela Futuro, o Banco Montepio, o que permitiu um acentuado crescimento da produção líquida positiva, voltando a posicionar o ano como o melhor de sempre neste segmento.

A atuação da Futuro junto dos clientes, disponibilizando informação clara sobre os benefícios do investimento através de Fundos de Pensões, permitiu igualmente uma redução acentuada dos reembolsos nos Fundos de Pensões Abertos comercializados pelo Banco Montepio, que diminuíram cerca de 38%.

No segmento de Clientes Empresa, 2025 representou o quinto ano consecutivo em que se alcançou o melhor resultado de sempre no valor de contribuições para Adesões Coletivas. Foram angariados três novos Planos de Pensões e concretizadas seis transferências de Planos de Pensões de empresas multinacionais. Os Fundos de Pensões Abertos *Corporate* voltaram a registar um crescimento de 91% face a 2024, alcançando rendibilidades entre 0,10% e 13,29%, variando este intervalo em função do grau de investimento em obrigações e ações.

As rendibilidades dos diversos Fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos, situaram-se entre 2,21% e 10,09%, variando em função do nível de risco associado ao peso do investimento em ações de cada carteira. No caso do Fundo PPA Acção Futuro, com investimento exclusivo no mercado acionista nacional, a rendibilidade atingiu os 33,09%.

O volume de ativos sob gestão cresceu globalmente 10,74%, e as contribuições para os fundos de pensões abertos comercializados diretamente pelo Banco Montepio voltaram a atingir um máximo histórico, com a angariação de mais de 74,3 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 57,1%.

Tal como no ano anterior, prosseguiu-se o trabalho intenso na área de Informática, procurando dar resposta às numerosas e exigentes necessidades associadas aos procedimentos de segurança informática requeridos pelo Regulamento *DORA (Digital Operational Resilience Act)*, implementado em janeiro de 2025. A infraestrutura existente permitiu cumprir os requisitos, demonstrando a eficácia dos sistemas e, simultaneamente, promovendo a adoção de melhorias adicionais.

No âmbito da governação e controlo interno, o ano de 2025 foi profícuo no que se refere à revisão de todo o processo, incluindo a documentação inerente, nomeadamente políticas legal e regulamentarmente exigidas, nas quais se definem princípios e regras de atuação.

Tal derivou, em grande parte, da necessidade de assegurar a conformidade do sistema de controlo interno com a nova norma de governação da ASF n.º 6/2024, de 20 de agosto, que entrou em vigor em novembro desse ano.

Salienta-se igualmente uma revisão aprofundada de toda a prática interna e respetivo registo documental no que se refere à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, em resultado da publicação da nova norma regulamentar da ASF sobre a matéria – Norma n.º 10/2024-R, de 5 de novembro, que entrou em vigor no final de 2024. Nesse âmbito, foi ainda assegurada a utilização de um novo software, com mais funcionalidades e maior capacidade de análise.

Todo o processo foi acompanhado pelas funções de gestão de risco e verificação de conformidade, bem como, pontualmente, pelo órgão de fiscalização, e foi ainda coadjuvado por prestadores de serviços externos especialmente contratados para o efeito, podendo-se constatar que as atividades desenvolvidas permitiram alcançar um robustecimento significativo do modelo de controlo interno da Sociedade.

O resultado antes de impostos apurado no ano é de 2.558.494€, incluindo um contributo assinalável decorrente da rendibilidade das aplicações efetuadas pela Futuro relativamente às suas disponibilidades de tesouraria. Face ao ano anterior, o resultado antes de impostos cresceu mais de 1 milhão de euros, e o valor do resultado líquido corresponde a 76,5% de rendibilidade do Capital Social.

A Situação Líquida da Futuro cifrava-se em 12.794.777€ no final do ano, permitindo uma margem de solvência de 144,32%, muito acima da exigência regulamentar.

## INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Resultado antes de impostos	2.558.494€
Resultado líquido	1.963.428€
Rendibilidade do Capital Social	76,5%
Rendibilidade do Capital Próprio	15,3%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	75,5%
Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	3,1

## MARGEM DE SOLVÊNCIA

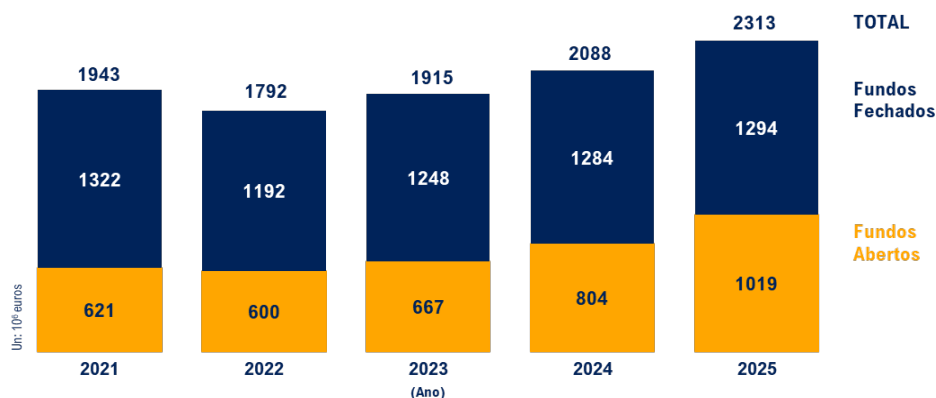
O nível de capitais próprios tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 144,32%.

Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de tesouraria – incluídos na rubrica Ativos não correntes - aplicados no Fundo de Investimento Imobiliário CORUM, em obrigações *Greenvolt* - Energias Renováveis, S.A. e em obrigações da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Foi ainda, realizado um reforço adicional de 1,1M€ em obrigações CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS SA FRN 2031 (*Green Bonds*), a seis anos, com 3%. Já na rubrica de Ativos correntes, os excedentes continuaram aplicados em depósitos a prazo, no Fundo de Investimento Imobiliário FUNDO VIP - Valores e Investimentos Prediais, Fundo de Investimento Imobiliário Aberto e no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Montepio Tesouraria, mantendo assim a diversificação dos investimentos. No ano de 2025, foram resgatadas as UPs do Fundo Novimovest, por apresentarem um valor insignificante e serem estrategicamente pouco relevantes para a carteira.

## ATIVOS SOB GESTÃO E QUOTA DE MERCADO 2025

Em 2025, o valor de ativos sob gestão do mercado nacional dos Fundos de Pensões ultrapassou os 19.800 M€, o que representou um crescimento de 2,9% face a 2024.

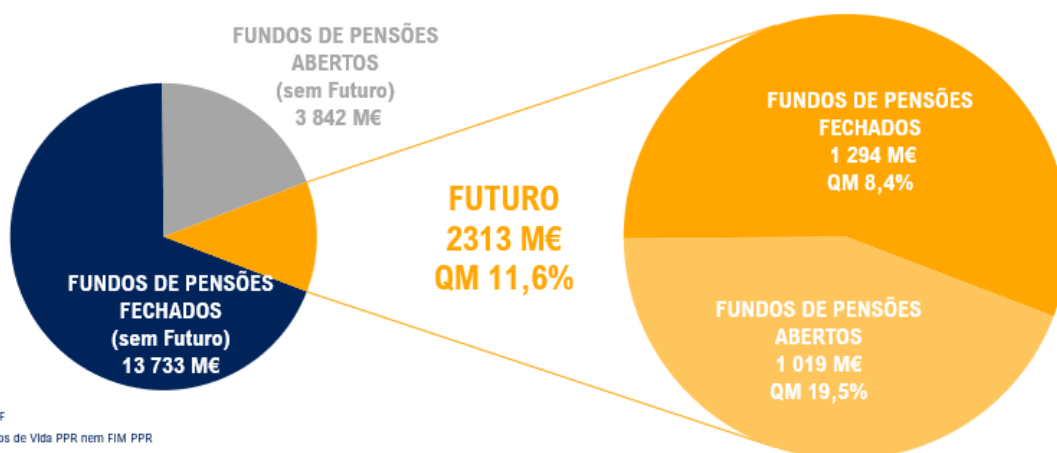
A Futuro terminou o ano com um volume de ativos sob gestão de 2.313 M€ e um crescimento global de 10,74%. Os Fundos de Pensões Fechados cresceram 0,74% e os Fundos de Pensões Abertos 26,7%.



A quota de mercado da Futuro aumentou de 10,8% para 11,63%. A Futuro ocupa agora o 3.º lugar no conjunto de todas as Entidades Gestoras de Fundos de Pensões, tendo por base o volume de ativos sob gestão.

Salienta-se também que, de entre os vinte cinco maiores Fundos de Pensões do mercado, a Futuro tem sob sua gestão três Fundos: o Fundo de Pensões Montepio Geral, com uma quota de 4,1%, o Fundo de Pensões NAV SINCTA EPE, com uma quota de 1,4% e o Fundo PPR 5 ESTRELAS com uma quota de 1,4% e 283,6 milhões de euros de ativos sob gestão.

O Fundo PPR 5 ESTRELAS continua a classificar-se como o maior PPR do mercado sob a forma jurídica de Fundo de Pensões.



Fonte: 2025 | ASF  
Não Inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

## AÇÕES DE MARKETING

Em 2025, as ações de marketing foram planeadas com base na experiência acumulada em anos anteriores, nos resultados obtidos e na análise do mercado e da evolução do setor.

As iniciativas, desenvolvidas em estreita colaboração com o Banco Montepio, tiveram como objetivos principais o crescimento dos ativos sob gestão e a captação de novos Clientes. Ao longo do ano, reforçou-se significativamente a proximidade e o acompanhamento da rede comercial do Banco. A comunicação centrou-se nos PPR, explorando três eixos fundamentais: subscrição periódica/livre/investimento, subscrição PPR por Empresas e Transferências de PPR. Paralelamente, foi promovida a captação de subscrições em Fundos Abertos através da aplicação do valor resultante da venda de habitação própria e permanente, ao abrigo do regime previsto no artigo 10.º do CIRS.

Foi igualmente intensificada a comunicação nas redes sociais, através de publicações regulares orientadas para a literacia financeira. Com o propósito de apoiar os Clientes a planearem o investimento, foi desenvolvido um simulador disponibilizado no site da Futuro e no site do Banco Montepio. Com foco na divulgação da Futuro, na promoção dos seus produtos e no crescimento da carteira de Clientes, foram implementadas várias campanhas, incluindo uma dirigida ao público jovem, com oferta associada, bem como ações de publicidade em canais digitais e rádio.

Estas iniciativas, aliadas ao acompanhamento comercial junto da rede — em particular com o Banco Montepio — revelaram-se eficazes, superando os objetivos de produção estabelecidos.

Por razões estratégicas, relacionadas com a dimensão dos Fundos e a necessidade de tornar a oferta mais competitiva, a Futuro avançou com a extinção dos Fundos Aberto FUTURO LIFE e dos Fundos de Poupança Reforma PPR PREMIUM AFORRO, PPR PREMIUM MODERADO e PPR PREMIUM DINÂMICO AÇÕES. No final de 2025, foi lançado um novo Fundo, o PPR BIG AÇÕES GLOBAIS.

Na sequência da Norma n.º 7/2025-R, de 26 de agosto, da ASF, que estabelece novos requisitos de divulgação de informação para os Fundos de Pensões, foi desenvolvido um trabalho aprofundado de análise, preparação e adaptação de diversos documentos e conteúdos informativos. No último dia do ano, a ASF aprovou a suspensão da implementação da NR 7/2025 – que estava prevista para entrar em vigor em 1 de janeiro de 2026 – adiando a sua produção de efeitos para 1 de janeiro de 2027.

## CAMPANHAS

### 1.º Trimestre “MENSALMENTE HÁ MAIS FUTURO”

A comunicação deste período destacou a subscrição periódica mensal, salientando a importância da proteção futura. A campanha promoveu os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, oferecendo o Cartão Saúde Futuro para toda a família.



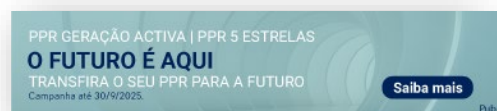
### 2.º Trimestre “UM FUTURO À SUA MEDIDA”

A campanha reforçou que investir num PPR constitui não apenas uma proteção para a reforma, mas também uma solução de investimento a médio e longo prazo e um instrumento de segurança financeira perante situações de especial dificuldade. Divulgaram-se os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, com oferta em Unidades de Participação.



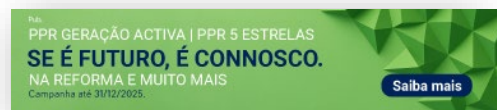
### 3.º Trimestre “O FUTURO É AQUI”

A mensagem destacou o significado da palavra “futuro” e promoveu as transferências de PPR de outras entidades para a Futuro, dando ênfase a fatores como segurança, rentabilidade, flexibilidade e qualidade da informação disponibilizada. As transferências para os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA foram acompanhadas de oferta em Unidades de Participação.



### 4.º Trimestre “SE É FUTURO, É CONNOSCO”

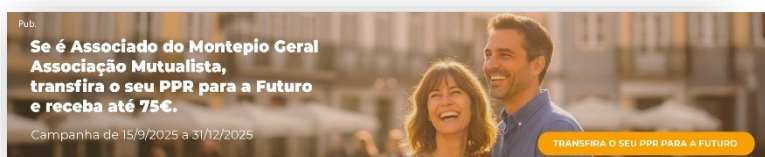
A comunicação incentivou o investimento em PPR no último trimestre, aproveitando os benefícios fiscais e reforçando o apelo às transferências para os PPR da Futuro.



Ao longo de 2025, em cada trimestre, foi igualmente divulgada a campanha dirigida aos jovens dos 18 aos 35 anos, com oferta de Unidades de Participação para novos Clientes nos Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA.

### Futuro/MGAM - TRANSFERÊNCIA DE PPR

A Futuro e o MGAM – Montepio Geral Associação Mutualista aliaram-se na promoção, junto dos Associados, da captação de transferências de PPR provenientes de entidades externas ao Grupo, para os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, com oferta em Unidades de Participação e um Cartão Presente Repsol.



## MAIS PERTO DOS CLIENTES

Foram promovidas, junto da Área Comercial, iniciativas de acompanhamento e contacto com Clientes da Futuro no âmbito da adesão à plataforma netFuturo, atualização de dados pessoais, acompanhamento de pedidos de transferência para o exterior, reembolsos e retenção de Clientes com vencimento dos Planos. Procurou-se reforçar a proximidade, compreender necessidades e níveis de satisfação, assim como identificar oportunidades de melhoria no serviço prestado.

## COMUNICAÇÃO

### Redes Sociais

Em 2025, a Futuro reformulou a linha de comunicação digital, ao nível da imagem e da mensagem. Procurou-se aumentar a presença nos motores de busca, captar a atenção do público mais jovem — contribuindo para o rejuvenescimento da carteira de Clientes — e reforçar a fidelização dos atuais Clientes. Ao longo do ano, foram abordados temas de literacia financeira e divulgadas campanhas e informações relevantes sobre os Fundos de Pensões geridos pela Futuro.



### Site Futuro

Foram efetuadas melhorias no acesso à informação e às soluções disponibilizadas. Na *homepage* foi criada uma entrada dedicada à solução “Isenção de mais-valia na venda da sua casa”.

Passou igualmente a existir uma página específica para a “Transferência de PPR”, com instruções claras para os Clientes realizarem o pedido.

### Simulador de Investimento e Reforma

O Simulador foi reformulado, apresentando uma nova imagem visual e veio permitir realizar simulações orientadas quer para o investimento, quer para a reforma, considerando vários regimes de pensões e os anos de descontos.



## Banco Montepio

No site do Banco Montepio, foi atualizada a informação relativa aos Fundos da Futuro, às campanhas em vigor e disponibilizado o acesso ao Simulador de Investimento. Em colaboração, foram colocados nos Balcões cartazes e folhetos segmentados para o público entre os 18 e os 35 anos, para Clientes acima dos 35 anos e para Empresas.



## Plano de Meios – Spot de Rádio

No 4.º trimestre, a Futuro divulgou dois spots de rádio — um dirigido ao público em geral e outro incentivando a subscrição *online* através do Montepio24. A campanha decorreu entre 10 de novembro e 5 de dezembro, nas rádios Comercial, M80 e *Smooth* FM.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Futuro mantém o seu compromisso anual de contribuir para a sociedade, tendo em 2025 optado por centralizar os seus apoios através da Fundação Montepio.

Em 2025, o nosso apoio foi destinado às seguintes instituições:

### Fundação Montepio

A Futuro passou a destinar uma parte do seu resultado líquido anual como donativo à Fundação Montepio, a fim de auxiliar esta instituição nas suas iniciativas de apoio social e de solidariedade.

A Futuro deu continuidade à implementação das medidas calendarizadas no âmbito da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, garantindo o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. As metas propostas foram acompanhadas trimestralmente, refletindo o compromisso da empresa com um modelo de crescimento sustentável e inclusivo.

No âmbito do Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio, cerca de 39% dos colaboradores participaram nas ações de voluntariado promovidas.

# MEIOS HUMANOS E MATERIAIS

## RECURSOS HUMANOS

A Futuro encerrou o ano de 2025 com um quadro de pessoal de 39 profissionais, mantendo-se estável face ao ano anterior.

## INFRAESTRUTURAS

Ao longo do ano de 2025, a Futuro manteve o seu esforço centrado na modernização da sua infraestrutura tecnológica, alinhada com a digitalização dos serviços e com a necessidade de garantir maior eficiência operacional, segurança e escalabilidade.

Neste contexto, manteve-se como prioridade o desenvolvimento e consolidação do portal netFuturo, agora suportado por uma *framework* mais moderna, com melhorias relevantes ao nível da segurança, experiência de utilização e robustez técnica. Em paralelo, prosseguiu a evolução de uma aplicação de *backoffice* destinada ao uso interno, permitindo reforçar o apoio à gestão de utilizadores, às validações e aos processos operacionais associados ao portal, bem como assegurar a integração progressiva com serviços e repositórios documentais.

Na vertente da gestão documental e desmaterialização de processos, registaram-se avanços significativos com a implementação e entrada em funcionamento de novos *workflows* processuais, para digitalização e automatização do lançamento de faturas e um *workflow* para agilização do processo de *governance*, que reforçam a rastreabilidade, segregação de funções e controlo de aprovações internas. Em complemento, foram estruturadas novas secções documentais para suportar a evolução do portal netFuturo e das necessidades internas, assegurando uma organização mais adequada da documentação contratual, legal e operacional, bem como a sua integração via API com aplicações internas.

Em 2025, manteve-se a estratégia de reforço da mobilidade e da produtividade, através do planeamento e avanço do processo de substituição progressiva de *desktops* por portáteis, no âmbito do plano trienal de renovação tecnológica

No domínio da segurança informática, manteve-se a monitorização contínua da exposição externa e dos principais indicadores de segurança, assegurando o acompanhamento regular das vulnerabilidades identificadas e da evolução do respetivo *scoring*. Com a aproximação da fase final do projeto netFuturo, foi ainda realizado um teste de intrusão (*Penetration Test*) à aplicação, reforçando a validação dos mecanismos de proteção antes da entrada em produção e contribuindo para uma postura de segurança mais robusta e alinhada com as boas práticas do Grupo.

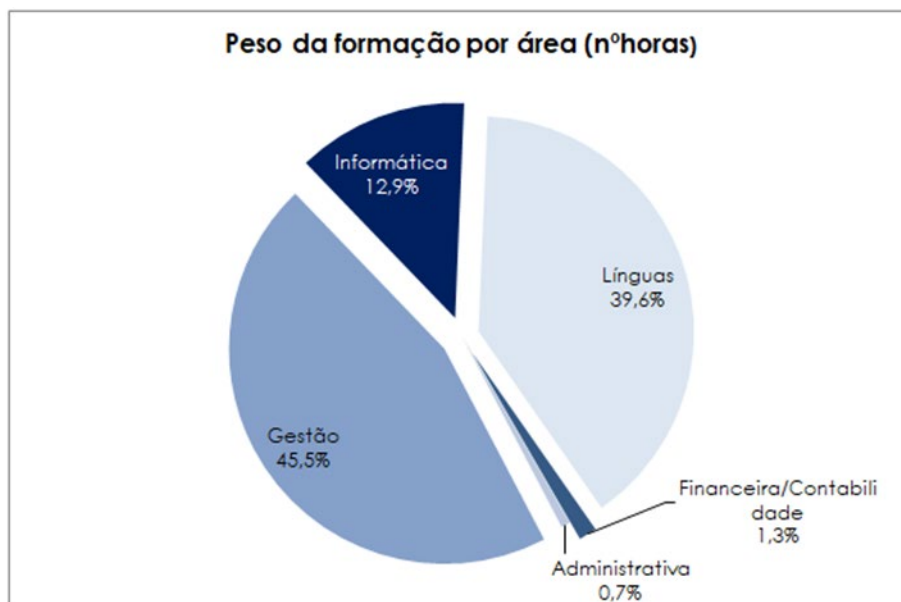
Estes desenvolvimentos reforçam a capacidade tecnológica da Futuro, assegurando uma infraestrutura mais moderna, segura e integrada, preparada para responder às exigências operacionais, digitais e regulatórias do setor.

## FORMAÇÃO

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e a requalificação contínua, contribuindo assim para a manutenção do elevado padrão de serviço prestado pela Futuro.

Ao longo do ano, foram realizadas 30 ações de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores e totalizando cerca de 1185 horas. Procurou-se focar a formação no reforço de competências em Gestão, Informática (ótica do programador e do utilizador) e Línguas.

A distribuição das horas de formação por área foi: Gestão – 45,5%, Inglês – 39,6%, Informática – 12,9%, Financeira/Contabilidade – 1,3% e Administrativa – 0,7%.



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a utilidade e eficácia das ações de formação, bem como a qualidade das entidades formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

## PLANO DE PENSÕES DOS COLABORADORES DA FUTURO

A Futuro dispõe de um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, na data da passagem à reforma, se encontrem ao serviço da Empresa e cumpram os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem igualmente direitos adquiridos ao abrigo deste Plano de Pensões, aplicáveis em situações de saída da Empresa antes da passagem à reforma por idade. A Sociedade Gestora tem assegurado as contribuições necessárias para a cobertura das responsabilidades assumidas, tendo sido alcançado, no final do ano, um rácio de cobertura de 138,0%.

Em 2025, a taxa de desconto foi alterada para 4,40% (2024: 3,60%) e registou-se um ganho atuarial de cerca de 436€ mil, que acrescido ao ganho financeiro de cerca de 167€ mil, resultou num total de ganhos de 603€ mil, aproximadamente.

## SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro combina o cumprimento dos requisitos da ISO 9001:2015 com a conformidade face à Norma n.º 6/2024 da ASF (Sistema de governação das entidades gestoras de fundos de pensões) e com as normas *GIPS*. O sistema demonstra elevados níveis de integração e métodos consistentes de identificação dos riscos a que a Sociedade Gestora e os fundos de pensões sob gestão estão expostos, em linha com o preconizado pela ISO 9001:2015. No âmbito deste sistema, foi realizada a habitual auditoria de acompanhamento, com “Zero Não Conformidades”.

A conformidade do SIG foi atestada pela APCER, com emissão do “Certificado de Conformidade” e do “Certificado *IQnet- International Certification Network*”. A certificação, originalmente obtida em outubro de 2001, mantém-se válida até maio de 2027 e abrange todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem contribuído para reforçar a satisfação dos clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança demonstrada por importantes empresas e por dezenas de milhares de participantes individuais que têm confiado à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

### GIPS COMPLIANCE

Desde 2013, a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas GIPS — *Global Investment Performance Standards* — que estabelecem um conjunto de princípios padronizados e internacionalmente aceites para a avaliação das rendibilidades dos fundos sob gestão

### GOVERNO SOCIETÁRIO

A nível de Governo Societário a Futuro não registou alterações em 2025.

### SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Em conformidade com a legislação em vigor, a Futuro possui uma estrutura organizacional bem definida e ajustada ao desenvolvimento da atividade.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) emitiu a Norma Regulamentar n.º 6/2024, de 20 de agosto, vem reforçar o papel do órgão de administração das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, sendo o responsável máximo por assegurar, no âmbito do sistema de gestão de riscos, o desenvolvimento, a implementação e a manutenção de procedimentos, organizacionais e de controlo, necessários à gestão prudente dos riscos relativos à Sociedade Gestora, aos Fundos de Pensões por si geridos ou aos prestadores de serviços aos quais tenham sido subcontratadas funções ou atividades.

Deste modo, a referida Norma tem como finalidade reforçar, face ao regime anteriormente estabelecido na Norma Regulamentar n.º 8/2009-R – Gestão de Risco e Controlo Interno, de 4 de junho, entretanto revogada, os requisitos gerais aplicáveis ao sistema de governação previstos no Regime Jurídico da Constituição e do Funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões (RJFP), aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, em particular no que respeita à organização, ao funcionamento e ao planeamento estratégico das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

Neste enquadramento, e em conformidade com a legislação e regulamentação nacional aplicável, a Futuro tem vindo a adotar um conjunto de políticas e orientações alinhadas com o Regime Jurídico da Constituição e do Funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões (RJFP), tendo

igualmente em consideração a regulamentação emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O Sistema de Controlo Interno assenta na estrutura orgânica e na organização interna da Empresa, incluindo a articulação entre todas as áreas e as respetivas funções de controlo — nomeadamente, a função de gestão de riscos, a função de auditoria interna e a função de verificação do cumprimento.

Paralelamente, o sistema baseia-se na sistematização dos processos nucleares da organização, suportado por políticas, procedimentos e manuais devidamente documentados e acessíveis a todos os colaboradores. Estes elementos encontram-se integrados na documentação do Sistema Integrado de Gestão, certificado pela APCER ao abrigo da ISO 9001:2015, cuja certificação foi renovada em 2025.

A gestão de risco constitui um processo contínuo, orientado para a identificação, análise, mitigação, acompanhamento e controlo dos riscos relevantes a que a entidade gestora e os fundos de pensões sob a sua administração estão expostos, tanto de origem interna como externa. Este processo visa garantir que os riscos se mantêm dentro de níveis aceitáveis, não comprometendo de forma significativa a situação financeira da entidade nem os interesses dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões.

Em 2025, foi efetuada uma atualização do Manual que enquadra e suporta o processo de gestão de riscos.

A Auditoria Interna assegura a necessária independência no exercício da sua função no âmbito do sistema de controlo interno, aferindo a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação. O âmbito das auditorias internas realizadas integra toda a atividade operacional da empresa, os sistemas de gestão de risco e controlo interno, o *Compliance* da Futuro com as Normas *GIPS*® e a certificação da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015).

A função de *Compliance* é exercida em regime de subcontratação, com a supervisão do responsável pelas Funções Chave de Gestão de Risco e *Compliance* da Futuro. A atividade de *Compliance* tem como missão acompanhar e avaliar o cumprimento, pela Entidade Gestora, das obrigações legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os deveres de reporte e de prestação de informação às Entidades de Supervisão e a outras entidades externas. Compete-lhe ainda analisar o impacto das alterações legislativas e regulamentares no funcionamento operacional da Empresa, assegurando a sua atempada e adequada implementação. Neste âmbito, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, tendo sido emitidas recomendações e pareceres sempre que adequado, com vista à adoção de medidas corretivas ou preventivas face a eventuais deficiências identificadas. Em paralelo, foi prestado apoio contínuo a várias áreas da organização em matérias relacionadas com a conformidade da sua atuação, contribuindo para o reforço da robustez, da segurança e do alinhamento da atividade desenvolvida com os requisitos legais, regulamentares e internos aplicáveis.

A atuação da função de *Compliance* visa igualmente, no contexto da manutenção e reforço do sistema de controlo interno, assegurar uma gestão eficaz dos mecanismos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Em resposta a este enquadramento cada vez mais exigente, a Futuro tem vindo a implementar um plano contínuo de melhoria dos seus mecanismos de prevenção de BCFT. Este plano inclui, designadamente, a revisão e atualização das políticas e procedimentos internos, o reforço dos processos de identificação e diligência, a melhoria dos mecanismos de monitorização e reporte, bem como o aperfeiçoamento dos controlos internos associados à avaliação e mitigação do risco.

Paralelamente, têm sido promovidas ações de sensibilização e formação dos Colaboradores, com especial enfoque nas áreas mais expostas ao risco, visando assegurar um conhecimento atualizado da legislação aplicável e uma aplicação consistente dos procedimentos internos.

## RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE DA ENTIDADE GESTORA

O ano de 2025 decorreu num enquadramento particularmente exigente para a evolução dos mercados financeiros, marcado por elevada volatilidade, por ajustamentos nas expectativas de crescimento económico e pela persistência de riscos geopolíticos relevantes. Ainda assim, este contexto coexistiu com uma evolução globalmente favorável dos mercados financeiros.

Nestas circunstâncias, o risco associado à garantia de capital dos fundos com garantia manteve-se adequadamente salvaguardado, quer através da provisão especificamente constituída para a sua cobertura parcial, quer pelo elevado nível de capitais próprios, que tem assegurado o cumprimento dos requisitos de solvência da Empresa.

No final do exercício, encontram-se em desenvolvimento iniciativas destinadas à mitigação de riscos considerados significativos, maioritariamente relacionados com o cumprimento da Norma Regulamentar n.º 10/2024, relativa à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Paralelamente, prossegue-se a implementação dos normativos emitidos pela ASF, com especial destaque para a Norma Regulamentar n.º 6/2024 — Sistemas de Governação — o que implica um elevado grau de exigência ao nível da definição, atualização e formalização das políticas internas da Futuro.

As práticas observadas estão alinhadas com o Código de Conduta da Futuro, adaptado aos princípios orientadores do acionista maioritário, promovendo a consolidação da cultura institucional em consonância com os valores e as especificidades do Grupo.

## RISCO DOS FUNDOS GERIDOS

Os procedimentos adotados no âmbito da gestão de risco dos Fundos de Pensões permitem definir com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, sendo esse risco mensurado através do *Value-at-Risk* (VaR), para um horizonte temporal de um ano e com um intervalo de confiança de 99,5%.

O sistema de gestão de riscos tem em consideração os riscos específicos de cada plano de pensões, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração e o risco de liquidez.

Ao longo do exercício, no âmbito das suas reuniões mensais, o Comité de Investimentos da Futuro acompanhou a estratégia definida, pronunciando-se sobre os ajustamentos que se revelaram necessários em função da evolução dos mercados financeiros, tendo em consideração o enquadramento macroeconómico e geopolítico, bem como fatores específicos, designadamente a evolução das taxas de juro.

Adicionalmente à atuação daquele Órgão, as carteiras de ativos foram acompanhadas de forma contínua, assegurando o cumprimento das exigências legais e contratuais, bem como a monitorização do desempenho das carteiras dos fundos de pensões face aos índices de referência estabelecidos para cada fundo.

O Sistema de Gestão de Risco da Futuro incorpora todas as disposições constantes das políticas de investimento dos Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita à exposição aos diversos tipos de risco e ao cumprimento das disposições legais aplicáveis.

São produzidos diariamente relatórios de limites (limites de políticas de investimento e legais), e posterior envio às entidades contratadas para gestão das carteiras, caso algum limite seja ultrapassado.

## PERSPETIVAS PARA A SOCIEDADE

Conforme referido anteriormente, a expectativa a nível macroeconómico para 2026 é moderadamente positiva, embora fortemente dependente da evolução regional e dos riscos globais subjacentes. Perspetiva-se que a economia mundial se mantenha resiliente, apesar de continuar envolta em elevada incerteza e exposta a fatores com potencial de inversão descendente.

Destacam-se, neste contexto, os riscos associados ao agravamento das tensões comerciais e do protecionismo, a eventual escalada de conflitos geopolíticos e os desafios colocados às políticas orçamentais de diversos países.

Com efeito, antecipa-se uma persistência das tensões geopolíticas ao longo do ano, o que poderá continuar a traduzir-se em perturbações nas cadeias de abastecimento globais e em pressões sobre os custos de produção, com impacto relevante no ritmo de crescimento económico.

Na Europa, deverão manter-se os riscos associados às duas maiores economias da Zona Euro, condicionadas pela instabilidade política observada em ambos os países, bem como pelas preocupações relativas ao impacto do reforço das medidas protecionistas nos Estados Unidos sobre as exportações europeias. Acresce, igualmente, o risco persistente de agravamento das condições de financiamento da dívida pública em alguns Estados-Membros, com destaque para a França.

O desempenho económico português tem-se mantido favorável, por comparação com os outros países europeus. No orçamento de Estado para 2026, prevê-se um crescimento económico (PIB) de 2,3% e uma taxa de inflação de 2,1% (IHPC), enquadramento que contribui para uma trajetória de estabilização macroeconómica.

Esta evolução, associada à estabilização das taxas de juro e ao abrandamento gradual da inflação, deverá apoiar o crescimento do rendimento das famílias e criar condições favoráveis à recuperação progressiva dos níveis de poupança.

Consequentemente, no que respeita ao negócio da Futuro, perspetiva-se um reforço do interesse pelos produtos em comercialização, enquanto solução preferencial de poupança e investimento por parte dos Clientes Particulares, especialmente orientada para objetivos de poupança para a reforma e de investimento com eficiência fiscal.

Por outro lado, a nível estratégico, a Futuro assumiu o compromisso de dinamizar esta área de negócio através do crescimento do volume de ativos colocados pela sua rede de Distribuidores, com a evolução dos processos que facilitam a angariação *online* de Clientes e respetivas subscrições, e com um acompanhamento ainda mais próximo do seu principal Distribuidor, o Banco Montepio.

A perspetiva de angariação de negócio junto de Empresas é igualmente positiva, face aos contactos em curso, que permitem antever a concretização continuada de novos contratos.

É de salientar ainda a reconhecida importância que cabe a todo o setor financeiro e, em particular, aos Fundos de Pensões, no financiamento da economia e na promoção da poupança de longo prazo.

Acresce que o último “*Ageing Report*” evidencia a situação estruturalmente desafiante da sustentabilidade da Segurança Social portuguesa, prevendo-se que a taxa de substituição (pensão de reforma/último salário) passe dos atuais cerca de 67%, para 37% em 2050 e que, em 2070, o rácio de dependência (população idosa/população ativa) se situe em 67,8%.

A União Europeia tem vindo a reforçar o objetivo de lançar novos modelos de poupança e investimento de longo prazo, no âmbito da União dos Mercados de Capitais, com vista a mobilizar a poupança das famílias para apoiar o financiamento da economia, a transição verde e digital e a preparação da reforma. Estas iniciativas procuram tornar os instrumentos de poupança mais acessíveis e atrativos, contribuindo para o fortalecimento do setor financeiro europeu e para um crescimento mais sustentável.

Esta situação exige que, tanto a nível da União Europeia como em Portugal, sejam promovidas medidas progressivas de melhoria do enquadramento e dos incentivos ao recurso a instrumentos de poupança para a reforma. Perante esta necessidade premente, mantém-se a expectativa de criação de incentivos adicionais ao fomento da utilização de Fundos de Pensões, designadamente de base laboral, o que poderá contribuir, a médio e longo prazo, para um maior crescimento do setor

Em conclusão, é expectável que o negócio da Futuro evolua positivamente face ao observado em 2025, registando crescimento das carteiras sob gestão.

No que respeita aos mercados financeiros, a perspetiva aponta para um provável abrandamento das rendibilidades durante 2026 e 2027, num contexto de previsível redução das taxas de juro a nível global, com especial incidência nos Estados Unidos.

As questões ligadas à Sustentabilidade mantêm-se na ordem do dia, ainda que acompanhadas por alguma flexibilização nos objetivos inicialmente definidos. Neste domínio, a atuação da Futuro é no sentido de assegurar o alinhamento com os critérios mais exigentes do Regulamento Europeu SFDR.

O grau de incerteza quanto à evolução política e económica nas diferentes zonas geográficas mantém-se elevado, não obstante alguns desenvolvimentos recentes que poderão contribuir para uma estabilização gradual do enquadramento internacional.

Contudo, a robustez do negócio da Futuro, bem como a sua estrutura de capital, dimensão e os seus meios humanos e técnicos deverão permitir enfrentar, sem disrupções, possíveis desafios, à semelhança do que já sucedeu em circunstâncias congéneres no passado.

## **RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O resultado antes de impostos apurado no exercício foi de 2.558.493,57€, e o líquido resultante de 1.963.427,81€, a que corresponde uma rendibilidade do Capital Social de 76,5% e uma rendibilidade do Capital Próprio de 15,3%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Distribuição de dividendos aos acionistas: 1.709.488,80€ (3,33€/ação);
- Transferência para outras reservas: 253.939,01€

## NOTA FINAL

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano por todos os Trabalhadores, que, mais uma vez, com o seu empenho, dedicação e profissionalismo contribuíram para o encerramento de um ano muito bem-sucedido. Os resultados alcançados são nitidamente um reflexo direto do trabalho e compromisso de todos e de cada um.

A confiança dos nossos Clientes merece o nosso profundo reconhecimento e reforça o compromisso da Futuro em continuar a gerir com rigor, proximidade e responsabilidade.

Também fica uma palavra de agradecimento:

- aos Exmos. Acionistas que, mediante o seu investimento, têm permitido dar continuidade a um longo percurso da Sociedade, numa clara demonstração de confiança.
- aos diversos parceiros, designadamente Distribuidores, Consultores e Angariadores de negócio, tais como:
  - O Banco Montepio e o Banco BIG, ambos na qualidade de Bancos Depositários e de Entidades Comercializadoras de Fundos Abertos geridos pela Sociedade;
  - A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta de ativos de uma importante parcela dos Fundos sob gestão da Futuro;
  - A Mercer, enquanto consultor na área de Recursos Humanos e Fundos de Pensões.

E, por último, manifesta-se a colaboração e atenção permanentes por parte das seguintes entidades que, pela sua atuação, muito têm contribuído para o desenvolvimento da atividade de gestão de Fundos de Pensões:

- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios;
- O Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, Dr. Francisco de Medeiros Cordeiro.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

### **O Conselho de Administração**

Presidente:	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administradores Executivos:	Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto Nuno Augusto Pereira Coelho
Vogal:	João António Morais da Costa Pinto
Vogal:	José Mendes Alfaia

## **Demonstrações Financeiras**



## BALANÇO

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade: Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	86 128	93 683
Ativos intangíveis	8	12 016	9 212
Outros investimentos financeiros	9	7 719 604	6 651 699
Ativos por impostos diferidos	10	18 500	51 750
		7 836 248	6 806 344
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	11	3 201 551	2 528 869
Outros créditos a receber	13	1 267 015	770 870
Diferimentos	14	32 859	34 035
Ativos financeiros detidos para negociação	15	872 468	862 446
Caixa e depósitos bancários	5	3 736 367	3 655 435
		9 110 260	7 851 655
<b>Total do ativo</b>		<b>16 946 508</b>	<b>14 657 999</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	16	2 566 800	2 566 800
Reservas legais	17	513 360	513 360
Outras reservas	18	6 877 409	6 783 149
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	873 780	270 556
		1 963 428	1 126 012
<b>Resultado Líquido do período</b>			
Interesses que não controlam		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>12 794 777</b>	<b>11 259 877</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	20	100 000	230 000
		100 000	230 000
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	21	70 154	117 460
Estado e outros entes públicos	12	554 958	362 216
Outras dívidas a pagar	22	3 426 619	2 688 446
		4 051 731	3 168 122
<b>Total do passivo</b>		<b>4 151 731</b>	<b>3 398 122</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>16 946 508</b>	<b>14 657 999</b>

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 135331

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	23	14 747 855	11 745 303
Fornecimentos e serviços externos	24	(6 874 415)	(5 525 725)
Gastos com o pessoal	25	(2 706 603)	(2 590 126)
Provisões (aumentos/reduções)	26	130 000	171 000
Aumentos / reduções de justo valor	27	9 551	5 558
Outros rendimentos	28	256	5 830
Outros gastos	29	(3 199 674)	(2 742 098)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 106 970</b>	<b>1 069 742</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(28 876)	(42 927)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 078 094</b>	<b>1 026 815</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	31	480 400	473 594
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 558 494</b>	<b>1 500 409</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	(595 066)	(374 397)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 963 428</b>	<b>1 126 012</b>
Resultado por ação básico		<b>3,82</b>	<b>2,19</b>

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 135331

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2024</b>	1	2 566 800	-	-	-	513 360	6 759 255	-	-	137 377	562 922	10 539 714	-	10 539 714
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	32	-	-	-	-	-	-	-	-	133 179	-	133 179	-	133 179
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	133 179	-	133 179	-	133 179
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3										1 126 012	1 126 012	-	1 126 012
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3										1 126 012	1 259 191	-	1 259 191
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Distribuições	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(539 028)	(539 028)	-	(539 028)
Outras operações	5	-	-	-	-	-	23 894	-	-	-	(23 894)	-	-	-
		-	-	-	-	-	23 894	-	-	-	(562 922)	(539 028)	-	(539 028)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2024</b>	6=1+2+3+5	2 566 800	-	-	-	513 360	6 783 149	-	-	270 556	1 126 012	11 259 877	-	11 259 877
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	32	-	-	-	-	-	-	-	-	603 224	-	603 224	-	603 224
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	603 224	-	603 224	-	603 224
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8										1 963 428	1 963 428	-	1 963 428
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8										1 963 428	2 566 652	-	2 566 652
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Distribuições	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(975 384)	(975 384)	-	(975 384)
Outras operações	10	-	-	-	-	-	94 260	-	-	-	(150 628)	(56 368)	-	(56 368)
		-	-	-	-	-	94 260	-	-	-	(1 126 012)	(1 031 752)	-	(1 031 752)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2025</b>	11=6+7+8+10	2 566 800	-	-	-	513 360	6 877 409	-	-	873 780	1 963 428	12 794 777	-	12 794 777

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 135331

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS - 2025

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade: Euro

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	14 772 774	11 502 881
Pagamentos a fornecedores	(9 578 914)	(7 374 746)
Pagamentos ao pessoal	(1 308 955)	(1 289 132)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	3 884 905	2 839 003
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(308 949)	(144 346)
Outros recebimentos/pagamentos	(1 873 661)	(1 641 925)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	1 702 295	1 052 732
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(18 114)	(43 651)
<i>Ativos intangíveis</i>	(9 876)	(8 594)
<i>Investimentos financeiros</i>	(1 099 967)	-
<i>Outros ativos</i>	(250 000)	(500 000)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
<i>Outros ativos</i>	250 000	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>	481 977	403 784
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	(645 980)	(148 460)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Dividendos</i>	(975 384)	(539 028)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	(975 384)	(539 028)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	80 932	365 244
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	3 655 435	3 290 191
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	3 736 366	3 655 435

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 135331

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Anexo às Demonstrações Financeiras**



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euro)

### NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Futuro” ou “Sociedade”) é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo nº 42, 6º piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Sede Social
Montepio Geral Associação Mutualista	R. do Ouro 219 a 241, 1100-062 Lisboa, Portugal
Fundação Oriente	Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA
NAV PORTUGAL, E.P.E.	Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

#### Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF
- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões Arlíquido
- Fundo de Pensões Xerox
- Fundo de Pensões Montepio Geral - Associação Mutualista
- Fundo de Pensões CMVM
- Fundo de Pensões L'ORÉAL PORTUGAL

#### Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro
- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico

- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro
- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento
- Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico
- Fundo de Pensões Aberto BK Moderado
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Dinâmico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR WEALTH
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Global

Durante o primeiro semestre do ano procedeu-se à extinção dos Fundos PPR Premium Aforro, Moderado e Dinâmico Ações, com a integração nos Fundos PPR Garantia de Futuro, PPR 5 Estrelas e PPR Geração Ativa respetivamente.

Também no primeiro semestre foi extinto o Fundo de Pensões Futuro Life, com a integração no FP Futuro Clássico.

Ainda no ano de 2025, último trimestre, deu-se início ao processo de extinção dos Fundos Abertos BK Dinâmico e BK Moderado, cujo processo foi concluído no início do ano de 2026 (27 de janeiro).

No início do segundo semestre de 2025 a ASF autorizou a criação do novo Fundo de Pensões PPR BIG Ações Global, cujo lançamento ocorreu em 04 de dezembro de 2025.

## **NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCRF”), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e

os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### **NOTA 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF**

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

### **NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

#### **4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

## 4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

### a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### b) Propriedades de Investimento

A Sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

### **c) Ativos fixos intangíveis**

A Sociedade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	<b>Anos</b>
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	3

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

### **d) Locações**

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é

classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

#### Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### **e) Imposto sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova norma aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

O limite referido no ponto anterior é aumentado em 10% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020 e 2021.

Os períodos de tributação de 2020 e 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Sociedade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Sociedade:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (“BEPS 2.0 – *Base Erosion and Profit Shifting 2.0*”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”), cerca de 137 membros da OCDE/G20, representando aproximadamente 90% do PIB mundial, alcançaram um acordo com vista à reforma do sistema tributário internacional, tendo sido aprovado um quadro geral para a introdução de um imposto mínimo global, comumente designado por “Pilar II”.

Neste contexto, o Pilar II do BEPS 2.0, consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, veio instituir um nível mínimo mundial de tributação de 15% aplicável a grandes empresas multinacionais e a grandes grupos domésticos, podendo tal regime conduzir ao apuramento e pagamento de um imposto complementar. Portugal procedeu à transposição daquela Diretiva através da publicação da Lei n.º 41/2024, que aprovou o Regime do Imposto Mínimo Global (“RIMG”).

Considerando que reúne os critérios de elegibilidade para aplicação das regras do Pilar II - designadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a €750M em dois dos últimos quatro exercícios - o Grupo MGAM tem vindo a desenvolver esforços com vista à identificação dos potenciais impactos decorrentes da implementação deste regime, bem como ao cumprimento das respetivas obrigações declarativas.

De acordo com a análise efetuada, com referência ao primeiro exercício de aplicação das regras do Pilar II (i.e., 2024), o perímetro do Grupo MGAM, para efeitos do Pilar II, será constituído por 21 entidades, localizadas em duas jurisdições - Portugal e Moçambique -, sendo o Montepio Geral – Associação Mutualista qualificado como entidade mãe final do Grupo.

Não obstante, o RIMG estabelece, no seu artigo 44.º, uma regra de exclusão da aplicação da *Income Inclusion Rule* (“IIR”) e da *Undertaxed Payments Rule* (“UTPR”) relativamente a grandes grupos nacionais e a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional.

Com efeito, aquela regra estatui que o imposto complementar devido é zero na jurisdição de referência para grandes grupos nacionais e os grupos de empresas multinacionais que se encontrem numa fase inicial da sua atividade internacional, a qual pressupõe (no caso dos grupos de empresas multinacionais) que, em cada exercício fiscal: (i) incluam entidades constituintes localizadas em não mais de seis jurisdições e (ii) a soma do valor contabilístico líquido dos ativos tangíveis de todas as suas entidades constituintes, com exceção das entidades constituintes localizadas na jurisdição de referência, não seja superior a €50M.

Adicionalmente, a referida norma prevê a possibilidade de aplicação da regra de exclusão durante cinco anos após o início do primeiro exercício fiscal em que o grupo passe a estar abrangido pelas regras do Pilar II – i.e., até ao exercício de 2029. No entanto, deverá ser aferido anualmente se os requisitos acima elencados se encontram cumpridos.

Neste quadro, de acordo com a análise realizada, o Grupo MGAM reúne os requisitos para aplicação da regra de exclusão referente a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional, ficando, assim, dispensado do pagamento do imposto complementar na jurisdição de referência – Portugal –, com referência ao primeiro exercício de aplicação das regras do Pilar II.

Não obstante as conclusões acima expostas, o Grupo Montepio encontra-se a encetar esforços contínuos no sentido de assegurar o adequado acompanhamento e monitorização da aplicação do regime do Pilar II, mantendo-se atento a eventuais desenvolvimentos interpretativos, regulamentares e legislativos relevantes nesta matéria, bem como aos seus potenciais impactos futuros.

#### **f) Créditos a receber**

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **g) Dívidas a pagar**

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

## **h) Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

## **i) Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto.

## **j) Benefícios dos empregados**

### **Benefícios pós-emprego – Plano de benefício definido**

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define o critério de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo atuário da Futuro designado para o efeito.

### **l) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com as prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é registada mensalmente nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, com base no cálculo diário, nos Fundos de Pensões Abertos e Fundos Pensões Fechados, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

A comissão de reembolso nos Fundos Abertos pode variar entre os 0% e os 2%, de acordo com o definido nos Contratos de Gestão de cada Fundo.

**n) Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

**o) Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subseqüentes ocorridos até 26 de fevereiro de 2026, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, relativos a condições existentes à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 38.

#### **p) Instrumentos Financeiros**

A Sociedade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Sociedade designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou,
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

## Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

A Sociedade optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

### **q) Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se, no entanto, que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de 1 709 488,80€, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

### **r) Comissões de comercialização**

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 29).

### **s) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços**

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

#### **t) Garantia a Clientes**

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia foi verificada, pela primeira vez, no dia 31/10/2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano.

#### **u) Fundos de pensões sob gestão**

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 36. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

### **4.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Sociedade, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

### **Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

A expectativa a nível macroeconómico para 2026, é moderadamente positiva, embora fortemente dependente da evolução regional e dos riscos globais subjacentes. Perspetiva-se que a economia mundial se mantenha resiliente, apesar de continuar rodeada de elevada incerteza e de algum potencial de inversão em sentido descendente. Destacam-se, neste contexto, os problemas associados ao aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios colocados às políticas orçamentais de diversos países. No que respeita ao negócio da Futuro, apesar dos desafios do mercado global e fatores externos que possam influenciar a atividade, não se indiciam situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade.

#### **4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incerteza encontram-se detalhadas na nota 4.4.

## NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Depósitos a prazo	3 250 000	3 573 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	485 867	81 935
Caixa	500	500
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>3 736 367</b>	<b>3 655 435</b>

As taxas de juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2025 variaram entre 1,7% e 2,05% (2024: variava entre 3% e 3,75%)

As taxas de juro dos depósitos à ordem durante o ano de 2025 variaram entre os 0,4% e 1,10%, de acordo com os saldos médios mensais.

## NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado o registo de erros.

## NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Valor Bruto</b>		
Equipamento básico	16 278	138 749
Equipamento administrativo	407 670	503 328
Património artístico	44 478	44 478
	<u>468 426</u>	<u>686 555</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>		
Depreciações do período	(21 805)	(23 048)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(592 872)	(569 824)
Eliminação das depreciações do equipamento abatido	232 379	-
	<u>(382 298)</u>	<u>(592 872)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>86 128</u>	<u>93 683</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2025 são analisados como segue:

	2025				
	Saldo em jan/25	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez/25
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
<b>Valor bruto</b>					
Equipamento básico	138 749	-	(122 471)	-	16 278
Equipamento administrativo	503 328	14 250	(109 908)	-	407 670
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>686 555</u>	<u>14 250</u>	<u>(232 379)</u>	<u>-</u>	<u>468 426</u>
	Saldo em jan/25	Depreciação do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez/25
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Equipamento básico	131 600	1 628	-	(122 471)	10 757
Equipamento administrativo	461 272	20 177	-	(109 908)	371 541
	<u>592 872</u>	<u>21 805</u>	<u>-</u>	<u>(232 379)</u>	<u>382 298</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2024 são analisados como segue:

	2024				
	Saldo em jan/24	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez/24
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
<b>Valor bruto</b>					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	477 881	25 447	-	-	503 328
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>661 108</u>	<u>25 447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>686 555</u>
	Saldo em jan/24	Depreciação do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez/24
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Equipamento básico	129 972	1 628	-	-	131 600
Equipamento administrativo	439 852	21 420	-	-	461 272
	<u>569 824</u>	<u>23 048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592 872</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

## NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	2025 Euro	2024 Euro
<b>Valor Bruto</b>		
Programas de computador	419 234	849 221
Outros ativos intangíveis	14 505	14 505
	<u>433 739</u>	<u>863 726</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>		
Amortizações do período	(7 072)	(19 879)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(854 514)	(834 635)
Eliminação das depreciações do equipamento abatido	439 863	-
	<u>(421 723)</u>	<u>(854 514)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>12 016</u>	<u>9 212</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2025 são analisados como segue:

	2025				
	Saldo em jan-25 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-25 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	849 221	9 876	(439 863)	-	419 234
Outros ativos intangíveis	14 505	-	-	-	14 505
	<u>863 726</u>	<u>9 876</u>	<u>(439 863)</u>	<u>-</u>	<u>433 739</u>
	Saldo em jan-25 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez-25 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>					
Programas de computador	840 008	7 072	-	(439 863)	407 217
Outros ativos intangíveis	14 506	-	-	-	14 506
	<u>854 514</u>	<u>7 072</u>	<u>-</u>	<u>(439 863)</u>	<u>421 723</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2024 são analisados como segue:

	2024				
	Saldo em jan/24 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez/24 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	840 528	8 693	-	-	849 221
Outros ativos intangíveis	14 505	-	-	-	14 505
	<u>855 033</u>	<u>8 693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>863 726</u>
	Saldo em jan/24 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez/24 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>					
Programas de computador	820 129	19 879	-	-	840 008
Outros ativos intangíveis	14 506	-	-	-	14 506
	<u>834 635</u>	<u>19 879</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>854 514</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

## NOTA 9 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros Investimentos Financeiros é analisada como segue:

	2025				
	Saldo em	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em
	jan/25	Euro	Euro	Euro	dez/25
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	-	-	-	-	-
OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027	1 500 000	-	-	-	1 500 000
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28	4 094 961	-	-	(32 062)	4 062 899
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 25_31	-	1 099 967	-	-	1 099 967
FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN	1 056 738	-	-	-	1 056 738
	<u>6 651 699</u>	<u>1 099 967</u>	<u>-</u>	<u>(32 062)</u>	<u>7 719 604</u>

	2024				
	Saldo em	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em
	jan/24	Euro	Euro	Euro	dez/24
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	4 742	-	-	(4 742)	-
OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027	1 500 000	-	-	-	1 500 000
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28	4 124 667	-	-	(29 706)	4 094 961
FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN	1 029 534	27 204	-	-	1 056 738
	<u>6 658 943</u>	<u>27 204</u>	<u>-</u>	<u>(34 448)</u>	<u>6 651 699</u>

## NOTA 10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para além do imposto corrente, a Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	2025	2024
Imposto corrente	561 816	335 922
Impostos diferidos	33 250	38 475
	<u>595 066</u>	<u>374 397</u>

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxa de IRC (a)	17,0%	20,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Total (b)	<u>18,5%</u>	<u>21,5%</u>

(a) Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A mensuração dos impostos diferidos em 2025 foi efetuada com base na taxa de IRC de 17%, correspondente à taxa substantivamente aprovada para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2028, conforme previsto na Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro. Esta lei estabelece a redução progressiva da taxa geral de IRC para 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028.

Em conformidade com a IAS 12, e não sendo possível estimar com fiabilidade o momento de reversão das diferenças temporárias, a Sociedade adotou a taxa estrutural futura de 17%, por representar a melhor estimativa da taxa aplicável à reversão.

A rubrica de Impostos Diferidos é analisada como segue:

	<u>Activos por Impostos Diferidos</u>		<u>Passivos por Impostos Diferidos</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>dez 2025</u>	<u>dez 2024</u>	<u>dez 2025</u>	<u>dez 2024</u>	<u>dez 2025</u>	<u>dez 2024</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Provisões / Imparidades	-	-	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	18 500	51 750	-	-	18 500	51 750
	<u>18 500</u>	<u>51 750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18 500</u>	<u>51 750</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2025 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial 2025 Euro</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro</u>	<u>Saldo final 2025 Euro</u>
<b>Imposto diferido ativo</b>			
Provisões não aceites fiscalmente	51 750	(33 250)	18 500
	<u>51 750</u>	<u>(33 250)</u>	<u>18 500</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2024 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial 2024 Euro</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro</u>	<u>Saldo final 2024 Euro</u>
<b>Imposto diferido ativo</b>			
Provisões não aceites fiscalmente	90 225	(38 475)	51 750
	<u>90 225</u>	<u>(38 475)</u>	<u>51 750</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2025 e 2024 é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Resultados antes de impostos	2 558 494	1 500 409
Taxa nominal de imposto	20,0%	21,0%
Imposto esperado	<u>511 699</u>	<u>315 086</u>
Diferenças permanentes		
Realizações de utilidade social não dedutíveis	87 424	73 307
Outras variações no capital próprio	(44 583)	-
Outros	(21 740)	45 704
Diferenças temporárias		
Imparidades e provisões	<u>(130 000)</u>	<u>(171 000)</u>
Matéria coletável / Coleta	<u>2 449 595</u>	<u>1 448 420</u>
Imposto	489 919	304 168
Tributação autónoma	6 665	10 028
Derrama	36 744	21 726
Derrama Estatual	28 488	-
Imposto corrente	<u>561 816</u>	<u>335 922</u>
Imposto diferido	<u>33 250</u>	<u>38 475</u>
Imposto sobre o Rendimento do Período	<u>595 066</u>	<u>374 397</u>
	<u>23,3%</u>	<u>25,0%</u>

## NOTA 11 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Fundos de Pensões Fechados	<u>1 019 387</u>	<u>896 971</u>
Fundos de Pensões Abertos	<u>2 182 164</u>	<u>1 631 898</u>
	<u>3 201 551</u>	<u>2 528 869</u>

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2025 e 2024, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

## NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos a pagar é analisada como segue:

	2025		2024	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Estimativa imposto	-	262 750	-	128 448
Imposto de Selo	-	136 017	-	107 963
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	45 516	-	33 796
ASF - Aut. de Supervisão de Seg. e Fundos de Pensões	-	58 802	-	47 810
Contribuições para a Segurança Social	-	51 873	-	44 199
	-	<u>554 958</u>	-	<u>362 216</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica ASF – Aut. de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões regista valores relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. A taxa da ASF sobre as contribuições dos Fundos de Pensões foi de 0,048% em 2024 e 2025.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

O movimento ocorrido na rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) durante o exercício de 2025, foi o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<u>(128 448)</u>
Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior - Reembolso IRC	128 448
Excesso de estimativa para imposto	
Pagamentos efetuados no exercício:	
- Pagamentos por conta do exercício	180 501
- Retenções na fonte	118 564
Dotação para imposto corrente sobre lucros	<u>(561 816)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>(262 750)</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 10.

### NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Juros a Receber + dividendos	100 638	99 351
<b>Outros devedores e credores</b>		
Benefícios pós-emprego	1 125 071	609 271
Outros Devedores	41 306	62 248
	<u>1 267 015</u>	<u>770 870</u>

A rubrica Outros Devedores e Credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 32.

### NOTA 14 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Diferimentos Ativos</b>		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	19 600	19 478
Montepio Geral Associação Mutualista	7 633	7 633
Diversos	5 626	6 924
	<u>32 859</u>	<u>34 035</u>

### NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Fundo Montepio Tesouraria	510 383	502 242
Fundo VIP	362 085	358 437
Novimovest	-	1 767
	<u>872 468</u>	<u>862 446</u>

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor foi determinado tendo por base a cotação de mercado com referência a 31 de dezembro de 2025.

#### NOTA 16 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 2.566.800€, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de 5€, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

	Número de acções	Capital	%
Montepio Geral Associação Mutualista	394 128	1 970 640	76,78%
Fundação Oriente	53 100	265 500	10,34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26 190	130 950	5,10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19 974	99 870	3,89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19 968	99 840	3,89%
	<u>513 360</u>	<u>2 566 800</u>	<u>100,00%</u>

#### NOTA 17 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	2025 Euro	2024 Euro
Reservas Legais	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>
	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>

#### NOTA 18 – OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica Outras Reservas e Outras Variações no Capital Próprio é apresentada como segue:

	2025 Euro	2024 Euro
Outras Reservas	<u>6 877 409</u>	<u>6 783 149</u>
Outras Variações no capital próprio	<u>873 780</u>	<u>270 556</u>
	<u>7 751 189</u>	<u>7 053 705</u>

A variação da rubrica Outras Variações no Capital Próprio regista os desvios atuariais conforme nota 32.

## NOTA 19 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 28 de março de 2025, a Sociedade procedeu em 2025 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2024 de 1.126.012,10€.

Distribuição de dividendos aos acionistas: 975.384,00€ (1,9€/ação)

Atribuição de gratificações de balanço: 56.368,32€ \*

Transferência para outras reservas 94 259,78€

\* à data do encerramento, encontra-se um saldo na conta 23, no montante 11.785,70€ para regularização em 2026 por não ter sido distribuído.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 25 de março de 2024, a Sociedade procedeu em 2024 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2023 de 539.028€.

## NOTA 20 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Riscos de investimentos	100 000	230 000
Outras provisões	-	-
	<u>100 000</u>	<u>230 000</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

<b>2025</b>				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	230 000	-	(130 000)	100 000
Outras provisões	-	-	-	-
	<u>230 000</u>	<u>-</u>	<u>(130 000)</u>	<u>100 000</u>

<b>2024</b>				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	326 000	-	(96 000)	230 000
Outras provisões	75 000	-	(75 000)	-
	<u>401 000</u>	<u>-</u>	<u>(171 000)</u>	<u>230 000</u>

A rubrica Riscos de Investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada alguns planos de Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (FP Garantia e Futuro Plus).

No exercício de 2025, procedeu-se ao ajustamento da estimativa de cálculo da provisão para garantia a clientes dos FP Garantia e Futuro Plus, com o objetivo de os ajustar à realidade atual, suportados nos dados históricos disponíveis.

## NOTA 21 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
António Frutuoso de Melo e Associados	17 525	-
Claranet II Solutions, S.A.	14 250	18 114
Administração do Condomínio Rua Gen.Firm.Miguel	5 894	5 894
Transportes Aereos Portugueses, S.A.	5 432	5 432
SPS Advogados - Sociedade de Advogados	4 207	-
LGI - Informática, Lda	2 906	-
GT - Get Together, Lda	2 581	1 810
CTT - Correios de Portugal, S.A.	2 548	2 175
Ideia Revelação Meios Publicitários, Lda	2 463	-
E.A.D. - Empresa de Arquivo de Documentação , S.A.	1 837	2 075
MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia , S.A.	1 453	22 839
Peça de Fruta, Lda	1 183	-
Verbis Iberia - Tecnologias de Informação, Lda	1 058	-
Samsic Portugal - Facility Services, S.A.	964	940
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda	866	-
Bloomberg L.P.	643	8 914
DeepL SE	791	791
Petrogal, SA	691	713
Uma Pausa Dinâmica, Unipessoal, Lda	664	664
Contisystems - Tecnologias de Informação, S.A.	23	3 428
Tempomedia-Agência de Meios Publicidade, S.A.		27 507
Longo Prazo - Consultores de Gestão	-	7 882
FSO - F.S. Oliveira Consultores, Lda.	-	1 845
Gula e Gourmet, Lda	-	1 290
APFIPP	-	1 056
PEPDATA, Lda	-	1 043
Outros	2 175	3 048
	<u>70 154</u>	<u>117 460</u>

A dívida ao fornecedor António Frutuoso de Melo e Associados, corresponde ao montante por liquidar, relativo a uma assessoria jurídica concluída no final do ano.

A dívida ao fornecedor Claranet II corresponde ao montante por liquidar, relativo à aquisição de equipamento informático no final do ano.

## NOTA 22 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras Dívidas a Pagar tem a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	283 405	283 030
- Prémio gestão desempenho	275 571	137 348
- Fundo Investimento Imobiliário Corum Origin	84 483	55 813
- Montepio Geral - Associação Mutualista	31 404	15 240
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	14 646	5 381
- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas	12 737	16 933
- Fundo de Pensões Geração Ativa	12 737	1 408
- BDO e Associados, SROC, Lda.	10 729	10 689
- Montepio Serviços, ACE	10 647	11 416
- Serviços Sociais Montepio	5 950	5 600
- Um pausa dinamica	886	-
- EAD	-	10 953
- Mercer Human Resource Consulting	-	10 763
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro	-	23
Outros devedores e credores		
- Banco BIG	1 155 352	914 910
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	869 595	696 557
- Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	432 005	344 433
- METLIFE	95 572	93 067
- Fundos de Pensões Corporate	68 159	-
- Fundo de Pensões Viva	22 787	53 779
- NOS, SA	13 007	-
- Bankinter	2 205	3 469
- Fundo PPR Garantia Futuro	17	63
- Fundo PPR 5 Estrelas	-	2 626
- Montepio Geral - Associação Mutualista	-	8 761
- Outros	2 948	6 184
Remunerações a pagar	21 777	-
	<u>3 426 619</u>	<u>2 688 446</u>

A rubrica Outros devedores e credores - Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., regista os montantes a pagar referentes à prestação de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

A rubrica Outros devedores e credores – Banco BIG e Bankinter, regista os montantes, das comissões de gestão de ativos dos Fundos BIG e Bankinter a pagar a essas Sociedades.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 29.

## NOTA 23 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Fundos fechados:</b>		
Comissão de gestão - Parte Fixa	3 308 608	3 198 551
Comissão sobre contribuições	29 559	38 336
Comissão de gestão - Parte Variável	98 650	170 853
	<u>3 436 817</u>	<u>3 407 740</u>
<b>Fundos abertos:</b>		
Comissão de gestão	11 180 033	8 169 598
Comissão de reembolso	131 005	167 965
	<u>11 311 038</u>	<u>8 337 563</u>
	<u>14 747 855</u>	<u>11 745 303</u>

## NOTA 24 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Trabalhos especializados	6 495 282	4 948 168
Rendas e alugueres	157 276	158 009
Publicidade e propaganda	46 718	73 534
Artigos para oferta	40 505	109 029
Comunicação	33 543	40 906
Conservação e reparação	20 620	96 449
Honorários	15 547	42 812
Limpeza, higiene e conforto	13 763	13 606
Energia e fluidos	12 120	13 032
Artigos diversos cafetaria	11 596	9 502
Serviços bancários	9 831	6 943
Seguros	5 318	2 715
Despesas de representação	4 073	3 666
Outros	2 722	3 126
Contencioso e notariado	3 925	1 107
Livros e documentação técnica	767	759
Material de escritório	537	551
Deslocações, estadas e transportes	272	1 811
	<u>6 874 415</u>	<u>5 525 725</u>

Os gastos com Trabalhos especializados respeitam, essencialmente, à prestação de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. e à prestação de serviços da gestão das carteiras dos Fundos BIG e Bankinter.

A rubrica Trabalhos especializados inclui, também, os valores referentes à revisão legal de contas no valor de 10.689€, incluindo IVA, conforme notas 22 e 37 (2024: 10.689€).

Na rubrica Rendas e alugueres estão incluídas as rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de 27.574€ (2024: 31.847€). Os pagamentos futuros são apresentados por prazo de pagamento na nota 33.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da Sociedade.

Na rubrica Conservação e reparação estão registados os gastos com o condomínio.

## NOTA 25 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2025 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 39 colaboradores (2024: 39).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Remunerações	1 710 754	1 731 751
Encargos sobre remunerações	436 717	421 473
Seguros	153 833	154 870
Prémio desempenho	239 344	155 467
Complemento Reforma	87 424	73 307
Outros	78 531	53 258
	<u>2 706 603</u>	<u>2 590 126</u>

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 32.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 34.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Benefícios de curto prazo dos empregados	321 904	313 417
Benefícios pós-emprego	21 029	20 797
	<u>342 933</u>	<u>334 214</u>

## NOTA 26 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	<u>2025</u> <u>Euro</u>	<u>2024</u> <u>Euro</u>
<b>Provisões</b>		
Aumento de provisões	-	-
Redução de provisões	130 000	171 000
	<u>130 000</u>	<u>171 000</u>

A Redução de provisões refere-se ao ajustamento da estimativa de cálculo da provisão para garantia a clientes dos FP Garantia e Futuro Plus.

## NOTA 27 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	<u>2025</u> <u>Euro</u>	<u>2024</u> <u>Euro</u>
Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor:		
Ativos financeiros detidos para negociação	9 551	5 558
	<u>9 551</u>	<u>5 558</u>

## NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	<u>2025</u> <u>Euro</u>	<u>2024</u> <u>Euro</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	-	2 178
Outros	256	3 652
	<u>256</u>	<u>5 830</u>

## NOTA 29 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024 a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Comissões de comercialização	3 096 919	2 626 457
Gastos com investimentos financeiros	60 733	53 625
Impostos	19 299	20 347
Quotizações	11 956	11 932
Donativos	10 090	11 500
Outros	677	2 983
Correcções relativas a períodos anteriores	-	15 254
	<u>3 199 674</u>	<u>2 742 098</u>

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. e Mii Capital.

A rubrica Gastos com investimentos Financeiros, corresponde a comissões e ao reconhecimento dos ativos financeiros (obrigações), ao custo amortizado.

## NOTA 30 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	21 805	23 048
Ativos intangíveis (nota 8)	7 072	19 879
	<u>28 876</u>	<u>42 927</u>

## NOTA 31 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos, são analisados como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos	98 566	101 652
Outras Aplicações de Tesouraria (Montepio Tesouraria)	2 259	-
Outros rendimentos (VIP)	11 399	11 693
Obrigações GreenVolt	78 000	80 250
Obrigações CGD	234 973	230 315
FUNDO CORUM ORIGIN	55 204	49 684
	<u>480 400</u>	<u>473 594</u>

## NOTA 32 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2025	2024
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	4,40%	3,60%
Taxa de desconto	4,40%	3,60%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 + 1	TV 88/90 + 1
Mulheres	TV 88/90 + 2	TV 88/90 + 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projectado		

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2025, a *duration* das responsabilidades ascende a 16,4 anos (31 de dezembro de 2024: 17 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2025	2024
Ativos	39	38
Reformados e sobreviventes	5	5
	<u>44</u>	<u>43</u>

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço</b>		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	(1 997 263)	(2 178 810)
Pensionistas	(961 573)	(1 070 851)
Total das responsabilidades	<u>(2 958 836)</u>	<u>(3 249 661)</u>
Coberturas		
Valor do Fundo	<u>4 083 909</u>	<u>3 858 934</u>
Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 13)	<u>1 125 073</u>	<u>609 273</u>
Percentagem de cobertura	138,0%	118,7%
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>873 779</u>	<u>270 556</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
	<b>Pensões de reforma</b>	<b>Pensões de reforma</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	3 249 661	3 465 531
Custo do serviço corrente	108 824	93 085
Custo dos juros	117 522	124 759
(Ganhos) / Perdas atuariais		
- Alterações de pressupostos	(398 936)	-
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(36 946)	(49 776)
Pensões pagas pelo Fundo	(81 288)	(77 460)
Outros pagamentos	-	(306 478)
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<u>2 958 836</u>	<u>3 249 661</u>

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Valor do Fundo no início do período	3 858 934	4 014 932
Rendimento esperado	138 922	144 537
Desvios financeiros	167 341	83 403
Contribuições da Sociedade	-	-
Pensões pagas pelo Fundo	(81 288)	(77 460)
Transferência de Responsabilidades	-	(306 478)
Valor do Fundo no fim do período	<u>4 083 909</u>	<u>3 858 934</u>

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões Viva”, é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.” no qual a Sociedade participa em 9,1% a 31 de dezembro de 2025 (2024: 10,4%).

Nos anos de 2025 e 2024, devido aos excedentes gerados pela subida das taxas de desconto e dos ganhos financeiros, não houve Contribuições da Sociedade para o fundo.

Os ativos do Fundo de Pensões, repartidos por tipo, são detalhados como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Aplicações em bancos e outras	123 509	102 759
Imobiliário	151 740	136 241
Obrigações	2 348 698	2 150 903
Outros	1 459 962	1 469 031
	<u>4 083 909</u>	<u>3 858 934</u>

	<b>Valor do Fundo</b>	<b>Cotados</b>	<b>Não Cotados</b>
Títulos de rendimento variável			
Ações	164 914	164 914	-
Fundos de investimento de ações	1 269 324	434 947	834 377
Obrigações	2 348 698	2 101 320	247 378
Imóveis	-	-	-
Fundos de investimento imobiliário	151 740	25 075	126 666
Fundos de capital de risco	25 723	-	25 723
Aplicações em bancos e outras Instituições de crédito	123 509	-	123 509
	<u>4 083 909</u>	<u>2 726 256</u>	<u>1 357 653</u>

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Desvios atuariais no início do exercício	<u>(270 556)</u>	<u>(137 376)</u>
(Ganhos) / Perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	(398 936)	-
- (Ganhos) / Perdas de experiência	<u>(204 288)</u>	<u>(133 179)</u>
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(873 779)</u>	<u>(270 556)</u>
Varição	<u>603 224</u>	<u>133 179</u>

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Custo do serviço corrente	108 824	93 085
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	<u>(21 400)</u>	<u>(19 778)</u>
Custos do período	<u>87 424</u>	<u>73 307</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
No início do exercício	609 273	549 401
Custo do serviço corrente	(108 824)	(93 085)
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	21 400	19 778
Ganhos / (Perdas) atuariais	435 882	49 776
Ganhos / (Perdas) financeiras	<u>167 341</u>	<u>83 403</u>
No final do exercício	<u>1 125 073</u>	<u>609 273</u>

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	<b>2025</b>		<b>2024</b>	
	<b>Euro</b>		<b>Euro</b>	
	<b>Responsabilidades</b>		<b>Responsabilidades</b>	
	<b>Incremento</b>	<b>Decréscimo</b>	<b>Incremento</b>	<b>Decréscimo</b>
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(110 785)	117 062	(130 911)	138 766
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	50 631	(49 070)	61 043	(59 055)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	68 465	(66 267)	78 914	(76 289)
Mortalidade futura (1 ano de variação)	(101 590)	100 109	(117 388)	116 267

### NOTA 33 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Menos de um ano	<u>40 625</u>	<u>39 713</u>
Entre um e cinco anos	<u>106 319</u>	<u>110 649</u>
	<u>146 944</u>	<u>150 363</u>

## NOTA 34 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

### Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima  
João António Morais da Costa Pinto  
José Mendes Alfaia  
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto  
Nuno Augusto Pereira Coelho

### Acionistas

Montepio Geral Associação Mutualista  
Fundação Oriente  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
NAV Portugal, E.P.E  
Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

### Outras partes relacionadas

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.  
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.  
Cesource ACE  
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A

### Outras partes relacionadas (cont.)

Fundação Montepio Geral  
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.  
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.  
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.  
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.  
Montepio Geral Associação Mutualista  
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.  
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.  
Montepio Investimento, S.A.  
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.  
Montepio Serviços, ACE  
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.  
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.  
Ssaginentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.  
F.P Montepio Geral  
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista

Em 2025 e 2024, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

	2025					
	Caixa e depósitos bancários	Clientes	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Ativo)	Activos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	3 699 957	-	40 564	884 241	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	19 600	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	31 404	7 633	-
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	-	-	-	432 005	-	-
Montepio Serviços ACE	-	-	3 910	10 647	-	-
F.P Montepio	-	662 094	-	-	-	-
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	11 188	-	-	-	-
	<b>3 699 957</b>	<b>673 282</b>	<b>44 474</b>	<b>1 358 297</b>	<b>27 233</b>	<b>-</b>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Vendas e Prestação Serviços	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	63 837	9 265	3 095 697	-	66 598	
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	1 714 682	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	196 375	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	5 161	139 344	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	14 490	-	-	-	
Montepio Crédito, S.A.	32 788	-	8 550	-	-	
Residências Montepio	3 639	-	-	-	-	
Montepio Serviços ACE	43 631	-	-	-	-	
Fundação Montepio	-	-	10 000	-	-	
F.P Montepio Geral	-	-	-	2 460 524	-	
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	-	-	43 199	-	
	<b>2 060 112</b>	<b>163 098</b>	<b>3 114 248</b>	<b>2 503 723</b>	<b>66 598</b>	

2024						
	Caixa e depósitos bancários	Clientes	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Ativo)	Activos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	2 080 753	-	31 755	707 538	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	19 478	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	24 001	7 633	-
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	-	-	-	344 433	-	-
Montepio Serviços ACE	-	-	3 750	11 416	-	-
F.P Montepio	-	657 104	-	-	-	-
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	11 824	-	-	-	-
	<u>2 080 753</u>	<u>668 928</u>	<u>35 505</u>	<u>1 087 388</u>	<u>27 111</u>	<u>-</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Vendas e Prestação Serviços	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	52 564	-	2 622 809	-	67 062	
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	1 778 907	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	125 954	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	2 573	137 445	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	17 426	-	-	-	
Montepio Crédito, S.A.	32 716	-	8 595	-	-	
Residências Montepio	6 292	-	-	-	-	
Montepio Serviços ACE	53 406	-	-	-	-	
Fundação Montepio	-	-	5 000	-	-	
F.P Montepio Geral	-	-	-	2 656 599	-	
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	-	-	43 853	-	
	<u>2 052 411</u>	<u>154 871</u>	<u>2 636 404</u>	<u>2 700 452</u>	<u>67 062</u>	

As transações com a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. referem-se, principalmente, a gastos suportados com comissões devidas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

As transações com a Montepio Gestão de Activos referem-se a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 os Administradores Executivos auferiram os montantes de 374.326€ e 432.703€ respetivamente. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2025 o montante global de 14.500€ (2024: 12.500€). A Sociedade, através do plano de pensões, assumiu em 2025, a responsabilidade com a pensão de reforma do administrador executivo que passou à condição de reformado em 2024. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas com os Administradores Executivos e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 32, cujo gasto do exercício de 2025 ascendeu 28.526€ (2024: 13.246€).

O Património líquido gerido pela Futuro, a que correspondem os Fundos de pensões que comercializam encontram-se descritos na nota 36.

## NOTA 35 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 é de 144,32% (2024: 148,15%)

## NOTA 36 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

	Património líquido	
	2025	2024
	Euro	Euro
<b>Fundos Fechados:</b>	<b>1 293 624 474</b>	<b>1 284 058 559</b>
<b>Fundos Abertos:</b>		
Fundo PPR 5 ESTRELAS	283 594 047	223 911 782
Fundo PPR GARANTIA DE FUTURO	120 489 661	113 167 627
Fundo PPR BIG TAXA PLUS	149 134 693	111 044 369
Fundo PPR BIG AÇÕES EQUILIBRADO	88 097 224	78 672 308
Fundo PPR BIG MODERADO	54 214 716	46 557 943
Fundo PPR BIG AÇÕES ESTRATÉGICO	51 957 415	33 094 366
Fundo PPR BIG AÇÕES DINÂMICO	48 658 292	37 162 196
Fundo de Pensões VIVA	45 109 613	37 268 205
Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO	31 799 897	11 911 239
Fundo PPR GERAÇÃO ACTIVA	28 429 318	21 146 053
Fundo de Pensões CORPORATE MODERADO	23 429 392	17 322 171
Fundo PPR BIG AÇÕES ALPHA	21 939 534	24 532 979
Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO	20 099 750	10 158 528
Fundo de Pensões FUTURO CLASSICO	19 101 732	10 852 675
Fundo PPR BIG OBRIGAÇÕES ESTRATÉGICO	7 970 763	5 328 550
Fundo de Pensões FUTURO XXI	3 872 579	3 092 890
Fundo de Pensões FUTURO PLUS	3 864 149	3 426 566
Fundo PPA ACÇÃO FUTURO	3 435 568	2 279 625
Fundo PPR BIG CONSERVADOR	2 996 809	2 688 216
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	2 699 960	2 595 971
Fundo de Pensões BIG PRESTIGE MODERADO	2 688 965	2 141 245
Fundo PPR WEALTH	2 074 990	1 415 365
Fundo de Pensões BIG PRESTIGE EQUILIBRADO	1 823 334	1 469 432
Fundo de Pensões BIG AÇÕES GLOBAL *	1 803 485	-
Fundo de Pensões ABERTO BK MODERADO	156 781	1 161 210
Fundo de Pensões ABERTO BK DINÂMICO	59 494	245 422
Fundo de Pensões FUTURO LIFE **	0	1 443 549
Fundo PPR PREMIUM DINÂMICO ACÇÕES **	0	368 397
Fundo PPR PREMIUM MODERADO **	0	153 791
Fundo PPR PREMIUM AFORRO **	0	39 603
<b>Sub-total</b>	<b>1 019 502 161</b>	<b>804 652 275</b>
<b>Total</b>	<b>2 313 126 635</b>	<b>2 088 710 834</b>

\* Fundo criado em 2025

\*\* Fundo extinto em 2025

### NOTA 37 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Art.º 66-A e pelo Art.º 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado antes de impostos apurado no exercício foi de 2.558.493,57€ e o resultado líquido resultante de 1.963.427,81€. O Conselho de Administração propõe:

- Distribuição de dividendos: 1.709.488,80€ (3,33€/ação);
- Transferência para a rubrica Outras reservas: 253.939,01€

Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Revisão legal das contas	<u>8 690</u>	<u>8 690</u>
	<u>8 690</u>	<u>8 690</u>

A Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e

A Sociedade não tem impostos em mora ao Estado.

### NOTA 38 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devam estar registados nas demonstrações financeiras.



## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

## **FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

### **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

#### **RELATÓRIO**

Cumprindo os preceitos legais do Código das Sociedades Comerciais e no âmbito das suas atribuições e competências vem o Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Futuro" ou "Sociedade") apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e cinco e emitir Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do ano 2025.

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da situação financeira e o desempenho da Sociedade, contactando com o Conselho de Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma apropriada a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da BDO & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas nem ênfases.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor no sector.

#### **PARECER**

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e cinco;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

3. Que ao Conselho de Administração e aos Serviços seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 12 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Patrique Berdion da Cunha**

**Fernandes**

Num. de Identificação: 10619679

Data: 2026.03.12 18:59:47+00'00'

---

Patrique Berdion da Cunha Fernandes  
Presidente

Assinado por: **Maria Fernanda Rodrigues**

**Fernandes**

Num. de Identificação: 04808693

Data: 2026.03.12 18:37:25+00'00'

---

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes  
Vogal

Assinado por: **Maria Margarida Conde Henriques**

**de Almeida de Sousa Medeiros**

Num. de Identificação: 07740298

Data: 2026.03.12 18:27:59+00'00'

---

Maria Margarida C. Henriques de Almeida de Sousa Medeiros  
Vogal



## **Certificação Legal das Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (adiante também designada por **FUTURO** ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 16 946 508 euros e um total de capital próprio de 12 794 777 euros, incluindo um resultado líquido de 1 963 428 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da FUTURO.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de março de 2026



---

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério  
(ROC n.º 995, inscrita na CMVM sob o n.º 20160610)  
em representação de BDO & Associados - SROC



## **FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

📍 R. Carmo, 42- 6.º | 1200-094 LISBOA

☎ + 351 210 416 005

✉ geral@futuro-sa.pt

🌐 www.futuro-sa.pt

Capital Social 2.566.800€ | Registada na C. R. C. de Lisboa | NIPC 501 965 963

Entidade autorizada, supervisionada e registada na ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 3805

